

4ª EDIÇÃO | WORKSHOP

DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS E TERRITORIAIS CONTEMPORÂNEAS

17 - 18 DE DEZEMBRO | AUD. AFONSO DE BARROS
ISCTE-IUL

Edição 2018



Com o apoio do Mestrado em
Economia Monetária e Financeira

LIVRO DE RESUMOS

Comissão Organizadora

Maria Eduarda Gonçalves, Sérgio Lagoa, Fátima Suleman, Teresa Marat-Mendes

Comissão Científica

Ana Costa, Fátima Suleman, Pedro Costa, Maria de Fátima Ferreiro, Helena Lopes, José Luis Saldanha, Maria Eduarda Gonçalves, Nuno Bento, Paulo Marques, Paulo Tormenta Pinto, Pierre Guibentif, Raúl Lopes, Sandra Marques Pereira, Sérgio Lagoa, Teresa Madeira da Silva, Teresa Marat-Mendes

Layout e paginação

Bruno Vasconcelos

HORÁRIO	SESSÃO	MODERAÇÃO
10.00/10.15	Sessão de Abertura Pedro Costa, Maria Eduarda Gonçalves, Sérgio Lagoa	
Arquitectura em diferentes espaços e tempos		Sérgio Lagoa
10.15/10.30	Ajardinados da Avenida dos Estados Unidos da América. Herança e Contexto na Abertura do Logradouro no Bairro de Alvalade (1950-1960) Jorge da Rosa Neves	
10.30/10.45	Processo de Autoconstrução no bairro da PRODAC em Marvila (Lisboa, 1970-74) João Rebolo	
10.45/11.00	Seis-Quartos – Arquitetura Popular Guineense Geraldo Pina	
11.15/11.30	Debate	
11.30/11.45	Intervalo	
Formação, Competências		António Monteiro Fernandes
11.45/12.00	Employers' perception of graduates skills and options to cope with skill problems: Examples from the Portuguese labour market Fátima Suleman, Ana Costa Laranjeiro	
12.00/12.15	Increasing workplace-based training to fight youth unemployment in three EU countries: Different strategies, different results? Paulo Marques, Felix Hörisch	
12.15/12.30	The return to recognition of prior learning: An analysis of the Portuguese case Francesca Sgobbi	
12.30/12.45	Knowledge bases and networking behavior of research-based spin-offs Oscarina Conceição, Cristina Sousa, Margarida Fontes	
12.45/13.05	Debate	
13.05/14.30	Almoço	
Urbanismo, periferias e investigação em arquitectura		Teresa Madeira da Silva
14.30/14.45	Arquitecturas contemporâneas anónimas. Modos de regenerar as "periferias das periferias" de Lisboa Ana Nevado	
14.45/15.00	O problema da Habitação em Portugal e a renovação cultural da Arquitectura e do Urbanismo pós 1948 Maria Amélia Cabrita, Teresa Marat-Mendes	
15.00/15.15	Investigar Arquitectura no LNEC, uma pesquisa em parceria Patrícia Bento d'Almeida, Teresa Marat-Mendes	
15.15/15.30	Debate	
15.30/15.45	Intervalo	

PROGRAMA

17 DE DEZEMBRO

Planeamento urbano e sustentabilidade alimentar		
15.45/16.00	A problemática dos Baldios e as suas implicações na agricultura “urbana.” Raquel Sousa	Pedro Costa
16.00/16.15	Sistema Alimentar e Planeamento Urbano ao nível Municipal Análise da sua integração nos 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa Teresa Marat-Mendes, João Borges, Ana Mélice, Raul Lopes	
16.15/16.30	O Sistema Alimentar da Área Metropolitana de Lisboa: alternativas em contexto de transição Sofia Bizarro, Maria de Fátima Ferreira, Isabel Salavisa	
16.30/16.45	Onde mora o meu lugar – Agentes de Transformação social da periferia Márcia Leão	
16.45/17.05	Debate	
17.05/17.20	Intervalo	
Planeamento territorial e comunidades		
17.35/17.50	‘Animação Territorial’ e Planeamento para a Resiliência: Lições Preliminares de Experiências em Curso José Manuel Henriques	Sandra Marques Pereira
17.50/18.05	Creative tourism and territorial sustainable development: a framework for impacts assessment Pedro Costa, Ana Rita Cruz, Margarida Perestrelo, Maria Assunção Gato	
18.05/18.20	Debate	
Fim do dia		

HORÁRIO	SESSÃO	MODERAÇÃO
Desenvolvimento Sustentável, Novo Paradigma da Governação		Pedro Quartin Graça
9.00/9.15	Ciência e governação: United Nations decade of ocean science for sustainable development e a biotecnologia marinha Maria Inês Gameiro	
9h15/9h30	Agricultural sustainability in European Member States Maria José dos Santos, Manuel Mota	
9.30/9.45	Avaliação e gestão de riscos incertos: análise de casos judiciais de aplicação do princípio da precaução em Portugal Vasco Gonçalves	
9.45/10.00	Das políticas públicas para a cultura e a viragem para a participação dos cidadãos Vera Borges	
10.00/10.15	Debate	
10.15/10.30	Intervalo	
Crise e Financeirização		Ana Costa
10.30/10.45	Desafios da Justiça em Tempos de Crise. Políticas de Austeridade, Direitos Sociais e o Papel dos Tribunais Maria Eduarda Gonçalves	
10.45/11.00	Financialisation and the impact of crises on households in five European countries Sérgio Lagoa	
11.00/11.15	The finance-growth nexus in the age of financialisation: an empirical reassessment for the European Union countries Ricardo Barradas	
11.15/11.30	O impacto dos subsídios às empresas em Portugal Ricardo Mamede	
11.30/11.50	Debate	
11.50/12.05	Intervalo	
Trabalho e inovação		Paulo Marques
12.05/12.20	Financialisation and work Helena Lopes	
12.20/12.35	Age, aging and work: cross-perspectives on research and intervention Sara Ramos, Inês C. Sousa	
12.35/12.50	The process of recovery after hype and disappointment Margarida Fontes, Nuno Bento	
12.50/13.05	Creating Legitimacy for Climate Accounting in Business: Determinants of Internal Carbon Pricing Nuno Bento	
13.05/13.25	Debate	
13.25/15.00	Almoço	

Cultura, cidade e comunidade		
15.00/15.15	Hybridity in a Portuguese colonial settlement in India Nuno Grancho	Ricardo Lopes
15.15/15.30	Da Comunidade para a Comunidade: cronologias de um projeto de arte pública no Lousal Maria Assunção Gato, Pedro Costa	
15.30/15.45	A relevância dos ambientes culturais nos processos de transformação urbana. Conflitos no acesso à cidade Ricardo Lopes, Pedro Costa	
15.45/16.00	Debate	
16.00/16.15	Intervalo	
Dinâmicas criativas e culturais		
16.15/16.30	Transpondo intersecções? A mudança nos paradigmas relacionais no mundo da arte da fotografia contemporânea Pedro Costa, Ricardo Lopes	Elisabete Tomaz
16.30/16.45	Criativa e maravilhosa pra quem? Como as cidades estão transformando a cultura em um valioso ativo da empresa urbana global Simone Amorim	
16.45/17.00	Transferência de Conhecimento no Sector das Indústrias Culturais e Criativas: Notas Comparativas das Regiões do Espaço Atlântico Rodrigo Almeida, Ana Rita Cruz, Margarida Perestrelo, Maria Assunção Gato, Pedro Costa	
17.00/17.15	Debate	
17.15/17.30	Intervalo	
Cultura, turismo criativo e desenvolvimento do território		
17.30/17.45	Fostering Creative Tourism Dynamics in Portugal: Monitoring the Implementation of Creative Tourism Pilot Initiatives in Small Cities and Rural Areas Pedro Costa, Ana Rita Cruz, Margarida Perestrelo, Maria Assunção Gato, Elisabete Tomaz	Fátima Suleman
17.45/18.00	Projetar a Cidade: o processo de tomada de decisão entre a ideologia e significados locais Manuela De Vincenzi	
18.00/18.15	Debate	
ENCERRAMENTO (pela Comissão Organizadora)		

ÍNDICE

Ajardinados da Avenida dos Estados Unidos da América: Herança e Contexto na Abertura dos Logradouros no Bairro de Alvalade.....	9
Processo de Autoconstrução no bairro da PRODAC em Marvila (Lisboa, 1970-74).....	10
Seis-Quartos – Arquitetura Popular Guineense	11
Employers’ perception of graduates skills and options to cope with skill problems: Examples from the Portuguese labour market.....	12
Increasing workplace-based training to fight youth unemployment in three EU countries: Different strategies, different results?	13
The return to recognition of prior learning: An analysis of the Portuguese case	14
Knowledge bases and networking behavior of research-based spin-offs	15
Arquiteturas contemporâneas anónimas. Modos de regenerar as “periferias das periferias” de Lisboa.....	16
O problema da Habitação em Portugal e a renovação cultural da Arquitectura e do Urbanismo pós 1948	17
Investigar Arquitectura no LNEC, uma pesquisa em parceria.....	18
A problemática dos Baldios e as suas implicações na agricultura “urbana”	20
Sistema Alimentar e Planeamento Urbano ao nível Municipal.	21
Análise da sua integração nos 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa	21
Onde mora o meu lugar - Agentes de Transformação Social da Periferia	22
‘Animação Territorial’ e Planeamento para a Resiliência: Lições Preliminares de Experiências em Curso	22
Creative tourism and territorial sustainable development: a framework for impacts assessment.....	24
Ciência e governação: a United Nations Decade of Ocean Science for Sustainable Development e a biotecnologia marinha	25
A Multi-criteria approach to European Agriculture: exploratory analysis.....	25
Avaliação e gestão de riscos incertos: análise de casos judiciais de aplicação do princípio da precaução em Portugal.....	26
Das políticas públicas para a cultura e a viragem para a participação dos cidadãos	26
Desafios da Justiça em Tempos de Crise. Políticas de Austeridade, Direitos Sociais e o Papel dos Tribunais.....	27
Financialisation and the impact of crises on households in five European countries.....	27
The Finance-Growth Nexus in the Age of Financialisation: an empirical reassessment for the European Union Countries.....	28
O impacto dos subsídios às empresas em Portugal.....	29
Financialisation and work.....	30
Age, aging and work: cross-perspectives on research and intervention.....	31
The process of recovery after hype and disappointment.....	32
Creating Legitimacy for Climate Accounting in Business: Determinants of Internal Carbon Pricing.....	33
Hybridity in a Portuguese colonial settlement in India.....	34
Da Comunidade para a Comunidade: cronologias de um projeto de arte pública no Lousal.....	34
A relevância dos ambientes culturais nos processos de transformação urbana: Conflitos no acesso à cidade.....	35
Transpondo intersecções? a mudança nos paradigmas relacionais no mundo da arte da fotografia contemporânea.....	36
Criativa e maravilhosa pra quem? Como as cidades estão transformando a cultura em valioso ativo da empresa urbana global	37
Transferência de Conhecimento no Sector das Indústrias Culturais e Criativas: Notas Comparativas das Regiões do Espaço Atlântico.....	38
Fostering Creative Tourism Dynamics in Portugal: Monitoring the Implementation of Creative Tourism Pilot Initiatives in Small Cities and Rural Areas.....	39
Projetar a cidade: o processo de tomada de decisão entre ideologia e significados locais.	39

LIVRO DE RESUMOS

AJARDINADOS DA AVENIDA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: HERANÇA E CONTEXTO NA ABERTURA DOS LOGRADOURO NO BAIRRO DE ALVALADE

Jorge da Rosa Neves [+]

DINÂMIA'CET-IUL

Resumo

A edificação da Avenida dos EUA prevista no Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro (1945), confirmada nos Estudos de Ocupação do Solo (1951) e nos projetos de arquitetura dos conjuntos habitacionais (1953-), com influência crescente do Movimento Moderno na arquitetura portuguesa, consolidou definitivamente o processo de abertura do logradouro e o seu entendimento na lógica da fruição do espaço urbano do Bairro de Alvalade. Esse processo, coincidente com a afirmação profissional dos primeiros arquitetos paisagistas na CML, potenciou a expressividade da sua prática profissional e a implementação da Estrutura Verde no Bairro.

A edificação do lado Norte da Avenida com implantação dos blocos habitacionais com a maior dimensão perpendicular a esta, ocorre na sequência dos projetos dos conjuntos habitacionais de Joaquim Ferreira (1911-1966) na Avenida Dom Rodrigo da Cunha e de Ruy D' Athouguia (1917-2006) e de Formozinho Sanches (1922-2004) no Bairro de São João de Deus (Bairro das Estacas) ambos em 1949. Estas alterações ao Plano (1945), contempladas na Planta de Divisão dos Terrenos de 1951, surgem da afirmação do Movimento Moderno e da percepção crescente do insucesso dos Logradouros Comuns projetados para as Células 1 e 2.

A sucessão destes conjuntos habitacionais permite, portanto, ler o processo de abertura progressiva do logradouro, desde as Células habitacionais com maior influência do Estado Novo em que este é concebido numa lógica de compromisso entre áreas comuns de recreio e áreas privadas (para agricultura de complemento), passando pela abertura total e configuração retangular na Av. Dom Rodrigo da Cunha, em contexto de enquadramento ao edificado, até ao Bairro das Estacas, onde as lógicas de recreio são assumidas como determinantes da qualidade do conjunto habitacional.

Na Avenida dos EUA, os logradouros com a designação tipológica de "Ajardinados", configuram-se abertos à avenida e de perímetro quadrangular com delimitação a Nascente e a Poente pelos blocos habitacionais e no topo Norte por edifícios de menores dimensões.

A evolução dos projetos dos conjunto habitacionais na Avenida dos EUA com conseqüente redução do número de blocos em alguns troços, revendo o Plano de Urbanização (1945) e a Planta de Divisão em Lotes da Avenida (1951), promoveram um aumento significativamente das áreas dos "ajardinados", favorecendo de forma determinante a abordagem conceptual e a expressividade do Ante Projeto elaborado por Ribeiro Telles (1957) abrangendo todos os

troços da avenida e posteriormente os projetos do mesmo autor (1958) para os troços do lado Norte da Avenida entre Praça Mouzinho de Albuquerque e a Av. de Roma e entre esta e a Av. do Aeroporto e em 1959 para o lado Sul entre a Rua Frei Tomé de Jesus e Rua Diogo Bernardes. O troço entre a Av. de Roma e a Av. do Rio de Janeiro elaborado em 1959-60 por Manuel Sousa da Câmara, embora com pressupostos programáticos similares, reveste-se de aspetos distintivos decorrentes do projeto de arquitetura.

Entre o ante projeto e os projetos dos ajardinados, Ribeiro Telles projeta a arborização da Avenida o que permitiu constituir um corredor com expressão na Estrutura Verde do Bairro e da Cidade. Esta arborização em articulação com as demais projetadas pelo autor, para as principais avenidas com ligação à Avenida dos Estados Unidos ou na proximidade desta, constituiu fator de coesão urbanística entre o Bairro e a Cidade consolidada a Sul.

Surgem como principais notas conclusivas da investigação:

A edificação ao longo da Avenida dos Estados Unidos da América, com influência marcante do Movimento Moderno em Alvalade, de que resultaram importantes áreas para fruição pública, potenciaram a expressividade da arquitetura paisagista no bairro.

A interpretação da arquitetura dos conjuntos habitacionais pelos arquitetos paisagistas, refletida nos projetos dos ajardinados, contribuiu para afirmar os méritos da arquitetura do Movimento Moderno, quer na própria edificação, quer no espaço urbano decorrente desta, contribuído definitivamente para a imagem do Bairro.

A análise sistemática dos projetos dos ajardinados elaborados por Gonçalo Ribeiro Telles (1958-59) e por Manuel Sousa da Câmara (1959-60), permite colocá-los num segundo momento projetual relativamente a um primeiro momento marcado pelos projetos de Gonçalo Ribeiro Telles e de Manuel de Azevedo Coutinho elaborados maioritariamente na primeira metade da década de 1950. Este percurso que decorre em paralelo à evolução das influências arquitetónica do Bairro, muito próximas ao Estado Novo nas células de casas económicas e com influência decisiva do Movimento Moderno nos grandes conjuntos habitacionais, com início na Av. D. Rodrigo da Cunha e no Bairro das Estacas, com auge na Avenida dos Estados Unidos e mais tarde retomada na Avenida do Brasil no conjunto habitacional do Montepio Geral, permite observar a capacidade dos arquitetos paisagistas em projetar em articulação com diferentes soluções arquitetónicas sem perder a matriz estética e ecológica defendida por Francisco Caldeira Cabral, constituindo este também um dos fatores para a coesão urbanística do Bairro apesar das várias influências arquitetónicas que este encerra.

PROCESSO DE AUTOCONSTRUÇÃO NO BAIRRO DA PRODAC EM MARVILA (LISBOA, 1970-74)

João Rebolo [+]
DINÂMIA'CET-IUL

Resumo

Nos finais da década de 1960 a escassez da habitação era um problema muito significativo em Portugal. E era também preocupante o exponencial crescimento dos bairros de barracas no Concelho de Lisboa, um tema que reunia consensos sobre a urgência da sua erradicação. O Estado Novo evoluíra de uma ocultação pública do fenómeno das barracas no início da década de sessenta, para uma postura de procura de soluções para o problema.

Na zona oriental da cidade, a Câmara de Lisboa desenvolveu o Plano de Urbanização de Chelas, um investimento em habitação social, que se deparou com o crescimento desordenado e ilegal de alguns destes bairros. A presidência de Santos e Castro na Câmara esteve, a partir de 1969, muito focada na extinção das barracas, e este especulativo negócio foi lentamente desaparecendo das zonas centrais da cidade. Na Quinta Marquês de Abrantes em Marvila localizava-se o Bairro Chinês o maior bairro de barracas da zona oriental, onde viviam quase dez mil pessoas.

É neste contexto político e social que foi criada a Associação de Produtividade na Autoconstrução (PRODAC), em 1968. Por iniciativa da União Católica dos Industriais (UCIDT) e da Caritas, a nova associação tinha como objetivo social a construção de habitações de baixo custo, destinadas a realojar populações muito carenciadas. O projeto da associação assentava na ideia de participação coletiva dos moradores interessados, em diversas tarefas incluindo a construção das habitações, de modo a obter uma significativa redução dos custos.

As ideias adotadas pela PRODAC, eram bastante semelhantes às defendidas por arquitetos e sociólogos (Europa e Estados Unidos), como John Turner, Hans Harms, Kosta Mathéy entre outros, que advogavam a utilização da Autoconstrução, centrados na ideia sociológica do habitar, mais do que na arquitetura em si mesma. Este debate atravessou a década de 1970, e prolongou-se nas décadas de 1980 e 90, destacando-se a intervenção do urbanista Charles Abrams nas Nações Unidas defendendo políticas habitacionais inovadoras em contextos carenciados.

A ideia de Autoconstrução da PRODAC inseria-se no debate Habitacional em Portugal e nos finais dos anos 1960 realizaram-se, em Lisboa, dois eventos

importantes: a conferência Políticas de Habitação, organizada pelo Ministério das Obras Públicas, e o colóquio A Consciência Cristã e o Direito à Habitação, organizado pela Caritas. Em ambos intervieram dirigentes e técnicos da PRODAC, defendendo a Autoconstrução no realojamento de bairros carenciados.

A demolição do Bairro Chinês e o realojamento dos habitantes em Marvila foi um projeto de grandes dimensões conduzido pela PRODAC desde 1970, e que contou com o apoio da Câmara de Lisboa em diversas fases, sobretudo de infraestruturas, construção de redes viárias, e aprovação do projeto de arquitetura. Na Quinta Marquês de Abrantes o plano previa a construção de 1283 habitações provisórias, um processo de gestão complexo e pragmático, que optou pelo baixo custo, resultado de sistemas de préfabricação e da inclusão da mão de obra na finalização das habitações.

No contexto das variadas iniciativas de habitação social em finais de 1960, a operação de realojamento do "Bairro Chinês" destaca-se pelo caráter experimental e inovador do processo utilizado, com o envolvimento dos moradores, desde as tarefas iniciais de recenseamento das famílias, até à fase de conclusão das habitações, e também pela enorme dimensão do processo. Após um período complicado de procura de apoios do Estado e financiamento próprio que incluía também o contributo dos moradores inscritos na PRODAC, em 1971 a associação conseguiu terminar a primeira fase do Plano.

Foi na fase de acabamentos das casas prefabricadas da zona norte, que se consagrou na prática o processo de Autoconstrução, com as famílias organizadas em grupos que resultavam da organização anteriormente desenvolvida no terreno por assistentes sociais. As famílias, através dos seus representantes, deveriam contribuir com um número de horas de trabalho em obra, integrando cooperação por troca de tarefas específicas, dentro dos grupos de Autoconstrução criados por assistentes sociais especializados e dedicados.

Em termos organizativos, havia reuniões periódicas da PRODAC com os chefes dos grupos de autoconstrução. A PRODAC consultava-os sobre diversas decisões tanto relativas às habitações, como aos aspetos da obra. Os intervenientes nestas reuniões participavam igualmente sobre muitas outras iniciativas da vida coletiva do bairro e da gestão da Associação. Com esta hierarquização se criaram as Comissões de Gestão do Bairro.

Com uma interação funcional e maior ligação afetiva entre os moradores se prolongou a segunda Fase na zona sul, com a ocupação do Vale Fundão, e onde o processo Autoconstrução teve, comparativamente, uma maior expressão.

Na Quinta Marquês de Abrantes foram construídas 585 habitações provisórias, entre novembro de 1971 e março de 1974. Com uma duração prevista de 12 anos, as habitações mantiveram-se até hoje, atravessando décadas de arbitrariedade e indefinição sobre o seu futuro.

SEIS-QUARTOS – ARQUITETURA POPULAR GUINEENSE

Geraldo Pina [+]
DINÂMIA'CET-IUL

Resumo

Com a colonização portuguesa da, hoje, Guiné-Bissau, alterou-se completamente o panorama daquele território. Os povos que o habitavam, que tinham práticas culturais e formas de vida muito ligadas à terra e à natureza (selvagens, na ótica eurocêntrica), viram-se obrigados a mudar e a adaptar-se à forma de viver dos colonialistas.

Visto que as alterações culturais acontecem de forma bastante lenta, porque a cultura, baseada em tradições, é resiliente às mudanças, nunca os colonialistas portugueses conseguiram se impor tal como queriam sobre os “guineenses”, porém provocaram grandes mudanças que alteraram todo o espectro cultural dos povos guineenses, inclusive na sua arquitetura.

Os povos guineenses que sempre praticaram a arquitetura vernacular, de repente começaram a alterar a sua forma de construir, imitando a arquitetura colonial portuguesa; no entanto, afastando-se da tradição e não alcançando a meta de construir como os colonialistas, acabaram por criar uma tipologia e estilo próprio, a arquitetura guineense: o “seis-quartos”.

O “seis-quartos” é uma tipologia retangular, que consiste em duas filas de três compartimentos (duas linhas, três colunas), interligados dois a dois, e cada um com uma porta para o exterior e uma janela (às vezes, sem janela). Este conjunto de compartimentos é habitualmente rodeado por uma varanda de 1 a 1,5 m de largura, onde se cozinha e se convive, na falta de terreno adicional para construir cozinha.

As variações do “seis-quartos” são mais determinadas pelo número de quartos. E quanto mais quartos, melhor. Por exemplo, uma versão “pobre” do “seis-quartos”, tem apenas quatro, o que localmente significa que o seu proprietário tem menos posses. Até um certo ponto é possível dizer que as pessoas preferem um “seis-quartos” construído com materiais tradicionais a um “quatro-quartos” feito com materiais mais caros, não obstante esses materiais pressuporem maiores posses.

Isso talvez se explique pelo facto de o “seis-quartos” poder abrigar mais pessoas, pois acontece muitas um “seis-quartos” ser habitado por seis famílias diferentes, uma em cada quarto, embora a ocupação mais frequente seja por três famílias. Um proprietário de “seis-quartos” encontra nele assim uma boa fonte de rendimentos, visto que pode arrendar os quartos a várias famílias, podendo (ou não) habitar ele mesmo e a sua própria família em um ou dois deles. Sucede também que os filhos crescem e criam as próprias famílias e ocupam os quartos com as respetivas famílias.

Porque os “seis-quartos” não contemplam casas de banho,

tem-se por norma criar “cercos” (latrinas), relativamente afastados da casa. No entanto, nas vezes em que ocorre aglomeração de casas, os “cercos” ficam entre elas, mal ventilados, e às vezes partilhados por um conjunto de cinco a seis casas ao seu redor devido à falta de espaço.

Por falta de meios, técnicos e económicos, as pessoas vêm-se obrigadas a recorrer aos meios tradicionais para construir – o que é evidenciado pelo seis-quartos –, no entanto, com resultados que deixam a desejar, por todas as razões já apresentadas, tal como uma fraca e sofrível organização do espaço, instalações sanitárias ausentes ou não eficazes, entre outras. Entretanto os materiais tradicionais utilizados, além de serem bioclimáticos, são também sustentáveis.

A tipologia seis-quartos tem particular interesse por ser a mais popular e a mais representativa da Guiné-Bissau. Apresenta tanto características vernaculares quanto coloniais, mas com personalidade própria, de maneira que tem diversas variações. Essas variações e as dos materiais utilizados são imensas e não podem ser esgotadas nesta comunicação.

A importância do seis-quartos é vista no facto de ser a única tipologia praticada por toda a população guineense, independentemente do grupo étnico a qual pertence, o que é bastante significativo para um país que é constituído por cerca de quarenta grupos étnicos diferentes e onde cada um deles tem a sua forma de construir.

Está visto que a tipologia seis-quartos ainda precisa de evoluir e com ela a forma de construir, de maneira a poder fazer frente a determinados problemas de habitação.

A tipologia “seis-quartos” não é a única tipologia popular guineense, apenas a mais emblemática. Ela é, aliás, uma subtipologia de “entra-bu-sai” (entra-e-sai), assim apelidada por causa do alinhamento das portas das fachadas principal e tardoz.

Contudo, pela sua importância, a tipologia “seis-quarto” deve receber atenção da parte dos arquitetos guineenses, ajudando a modificá-la e a resolver alguns dos seus problemas, de maneira a favorecer a população mais carenciada que a ela recorre.

EMPLOYERS' PERCEPTION OF GRADUATES SKILLS AND OPTIONS TO COPE WITH SKILL PROBLEMS: EXAMPLES FROM THE PORTUGUESE LABOUR MARKET

Fátima Suleman [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Ana Maria da Silva Costa Laranjeiro [+]
ISCTE-IUL

Resumo

There is widespread concern among higher education institutions that a misalignment between employer requirements and employee skills is affecting labour market outcomes. However, available literature overlooks the factors that affect employers' opinions of the skills graduates bring to the labour market. Our paper examines the relationship between employers' perceptions of graduates' skills and the solutions and strategies used to deal with skill problems. Studies show that employers choose between make or buy skills and consequently implement anticipative and remedial strategies. However, literature on higher education fails to link the following three dimensions: perceptions, solutions, and strategies.

This research draws on data collected in 2015 through interviews with human resource managers of 10 firms operating in Portugal. In each case, we used in-depth face-to-face semi-structured interviews based on open-ended questions; this allowed us to gather information on skills graduates bring to the labour market as well as human resource development practices related to the acquisition of skills. We also asked interviewees to provide specific examples of each anticipative and remedial strategy implemented (or to implement) by the firm. So, the data set includes information on perceptions of graduates' skills, solutions for the acquisition of skills, hiring and training policies, and practices associated with university-industry linkages.

Almost all the employers sampled are unsatisfied with graduates' preparation in soft skills and other personal traits. Some report skill shortages and gaps in technical skills that result in training costs. The perception of technical skills varies according to anticipative and remedial strategies. More specifically, the perception of graduates' skills is influenced by training policies implemented by firms and by the role played by employers in the skill formation process.

The data allowed discriminating the employers by the solutions to acquire skills and found those that prefer to buy (buyers), to invest in training (trainers), and to implement mixed strategies. As regard de remedial strategies, the sampled employers designed different training policies as well. We distinguish the induction, gap solving, and strategic training. The employers differ in their anticipative strategies

to avoid skill mismatch. Mostly, they attempt to develop the relationship with HEIs and some are engaged in low-key strategies. One single employer reported a strong interaction through participation in management body of the university.

The findings show that some employers recognise that they share the responsibility for graduate employability with higher education. Others prefer to hire ready-to-work graduates; they blame higher education for the ill-prepared graduates and therefore for their increased training costs. In sum, this study illustrates that employers are heterogeneous; some search for ready-to-work candidates, while others participate actively in the graduates' skill formation. We suggest that the main challenge is to make universities, employers, and policy makers acknowledge their shared responsibility for graduates' employability.

INCREASING WORKPLACE-BASED TRAINING TO FIGHT YOUTH UNEMPLOYMENT IN THREE EU COUNTRIES: DIFFERENT STRATEGIES, DIFFERENT RESULTS?

Paulo Marques [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Felix Hörisch [+]
Institute of Political Science, Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg

Resumo

Youth unemployment rose very rapidly in a number of European countries after the onset of the global economic crisis in 2008 (Marques & Salavisa, 2017; Tosun, Unt & Wadensjo, 2017). Southern Europe and Ireland were the most severely affected, but some other countries were able to prevent this situation. For instance, in Spain the youth unemployment rate (15–24 years old) rose from 24.5% in 2008 to 55.5% in 2013; in Austria it increased slightly from 8.5% to 9.7% in the same period; and in Germany it decreased from 10.6% to 7.8% (Eurostat, 2018). The impact of the sovereign debt crisis in Europe helps explain these differences, as Southern European countries and Ireland were more severely affected than other European countries. However, the above data also reveals that there were already differences before the crisis: namely, youth unemployment rates were already higher in Southern Europe. A more detailed analysis of this data shows that youth unemployment rates were lower in countries with a collective skill formation regime, i.e. those with a high level of firm involvement in the provision of initial vocational training and a strong public commitment to vocational training (Busemeyer & Trampusch, 2012). Indeed, Germany, Netherlands, Switzerland, Austria and Denmark had much lower youth unemployment rates (cf. Figure 1; Biavaschi et al., 2012; Brzinsky-Fay, 2017; Busemeyer & Iversen, 2012; Busemeyer & Thelen, 2015).

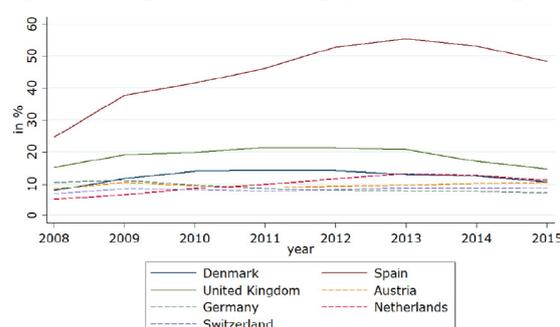
As a consequence, during the economic crisis, many authors and organisations claimed reforms should be made to training and educational systems, notably in countries facing growing youth unemployment levels (Biavaschi et al., 2012; Eichhorst, Rodríguez-Planas, Schmidl & Zimmermann, 2015; Lodovici et al., 2013). In the European Union (EU), several initiatives were implemented to fight youth unemployment. A number of EU policy measures referred to the need for higher investment in apprenticeships and vocational training, the most important of which was the Youth Guarantee implemented in 2013 (Chabanet, 2014; Lahusen, Schulz, & Graziano, 2013; Tosun, 2017; Tosun & Horisch, 2018). The Youth Guarantee called on the member states to implement measures which ensure that young people get a 'good quality' offer for a job, a traineeship, an apprenticeship, or continued education within four months of them becoming unemployed or leaving education. In the scope of these initiatives, the EU emphasised the need for greater collaboration between employers and the educational system on the one hand, and between social partners on the other. For example, the EU's Youth Guarantee encouraged countries to 'strengthen partnerships between employers

and relevant labour market players (employment services, various levels of government, trade unions and youth services) in order to boost employment, apprenticeship and traineeship opportunities for young people' (European Council, 2013:4).

In the field of comparative political economy, several authors argue that countries have divergent skill formation systems (Busemeyer & Trampusch, 2012; Hall & Soskice, 2001; Thelen, 2004). They argue that Coordinated Market Economies (CMEs) tend to invest more on specific skills and therefore on their Vocational Education and Training (VET) system, while Liberal Market Economies (LMEs) invest more on general skills and consequently on their tertiary education system. They explain differences between CMEs and LMEs by the role played by macro institutions (systems of industrial relations, labour market legislation, and the welfare state). This leads us to the research puzzle of this article: given that skill formation systems differ across countries and that some institutions need to be in place before there can be greater firm involvement, one would expect that it is very difficult to successfully promote partnerships between social partners that boost apprenticeship and traineeship opportunities in the absence of these institutions. Notwithstanding, differences exist between countries that lack such institutions: for instance in Spain workplace-based did not increase between 2008 and 2015 but in the United Kingdom (UK) the number of students attending this type of training increased. The research question of this article is divided in two parts: (i) did countries adopt different strategies to boost workplace-based training between 2008 and 2015? (ii) If this was the case, why were some countries more successful than others? The article addresses this research question by first analysing how countries with different skill formation systems boosted firm-based training and then assessing the relative success of each country. Three typical case studies – Denmark, Spain and United Kingdom (UK) – are compared to demonstrate that, between 2008 and 2015, all countries made reforms with the aim of increasing firm-based training. However, we show that these reforms were not homogenous and that this explains their relative success on boosting workplace-based training. This study contributes to the existing literature by showing that countries outside the CME model can boost workplace-based training if they adopt a strategy that is compatible with their institutional legacy.

This article begins by reviewing the literature that discusses the linkages between institutions, coordination mechanisms and skill formation systems. The theoretical argument of the article is then developed and three hypotheses are put forward. This is followed by the methods and data before presenting a comparative analysis of the three case studies. The article concludes with a brief summary and critique of the findings.

Figure 1: Development of youth unemployment in seven European countries



Source: Labour Force Survey (Eurostat, 2018).

THE RETURN TO RECOGNITION OF PRIOR LEARNING: AN ANALYSIS OF THE PORTUGUESE CASE

Francesca Sgobbi [+]

DIMI - Università di Brescia | DINÂMIA'CET-IUL

Resumo

An educated labour force is increasingly perceived as a crucial resource to support knowledge-intensive and technology-intensive economic growth in industrialised countries. The growing importance attached to individual skills and competences goes along with the emphasis on continuous enlargement and deepening of the capabilities needed to meet the evolution of workplace requirements. The switch from a clear-cut separation between education and working life to an overlapping of educational and training experiences centred on the concept of lifelong learning (CEC, 2000) involves noteworthy consequences. First, formal education becomes one opportunity in a range of multiple learning sources that also include non-formal learning and informal learning. Second, adult education (including both formal, non-formal, and informal learning) turns into a viable and effective means to improve the skills and competences of individuals also after early schooling years (Colardyn and Bjornalvold, 2004).

Given the wider share of adult education opportunities that occur in the form of non-formal and informal learning compared to formal learning governments and institutions have been devoting increasing efforts to provide visibility to these types of learning by means of recognition, assessment, and validation processes (CEC, 2000; European Commission, 2015). Recognition of prior learning, also labelled as prior informal learning or experiential learning record, results in the accreditation of new formal qualifications that certify the accumulation of additional human capital by means of non-formal and informal learning processes (Becker, 1964) and can be conveniently signalled in the labour market (Spence, 1973).

Adult education is expected to involve significant individual and collective benefits by reducing social inequality among citizens due to lack of educational opportunities or success in youth and early adulthood, as well as by supporting the competitiveness of knowledge-based economic systems (CEC, 2000; Singh, 2005; Hällsten, 2012; European Commission, 2015). However, existing evidence is still scarce and sometimes contradictory. Formal adult education displays a positive impact on employment rates (Hällsten, 2012), on the likelihood of being in non-precarious employment, conditional on the flexibility of local labour markets (Vono de Vilhenaet al., 2016), and on the probability of undertaking additional lifelong learning (Jenkins et al., 2003). When it comes to earnings, Jenkins et al. (2003) show no significant returns to late investments in formal education, whereas Hällsten (2012) reports significant but small returns and Blanden et al. (2012) find significant advantages for women only. In addition, based on Swedish data Stenberg (2011) questions the profitability of adult education targeted at primary and secondary qualifications by showing that private returns barely cover private and

social costs. Evidence is even less clear in the case of returns to prior learning. With the notable exception of Lima (2012), studies that explore the benefits of the assessment of prior learning provide qualitative evidence based on case studies that does not allow for generalisation of results (Peruniak and Powell, 2007; Lima and Guimaraes, 2016).

The Portuguese case provides a unique opportunity for a new assessment of the wage effects of recognition of prior learning. The interest of the Portuguese case descends from at least two peculiarities. First, between 2000 and 2010 subsequent Portuguese governments supported a range of initiatives aimed at improving the educational qualification of the labour force in Portugal up to secondary education by means of formal adult learning, validation and certification of individual competences, and accomplishment of education curricula interrupted by younger adults. Second, the longitudinal archive Quadros de Pessoal (QdP) collects on yearly bases data on virtually all employees and their employers in the private sector in Portugal. Since provided information includes employees' qualifications QdP allows tracking the evolution of individual educational qualifications in connection with labour market outcomes.

Based on propensity score matching with difference-in-differences estimates (DID-PSM) on QdP linked employer-employee data between 1996 and 2010 this paper looks for systematic differences in earnings increase between employees who upgraded their educational qualification up to secondary education thanks to recognition of prior learning and a control group of employees who followed traditional paths of formal adult education. The effectiveness of the efforts enacted by Portuguese governments after 2000 is tested by comparing participants in prior learning recognition and participants in formal adult education in three distinct periods: 1) a reference period before the launch of the adult education initiative (1996-2000); 2) the first phase of the adult education program, named RVCC (2001-2005); and 3) the second phase of the adult education initiative, named NovasOportunidades (2006-2010). Thanks to focus on lower education levels the proposed analysis fills up a gap in the literature on the economic returns to adult education, which focuses on mature graduates from tertiary education (see, e.g., Jepsen and Montgomery 2012 for the US; Hällsten 2012 for Sweden; Kilpi-Jakonen et al., 2012 for a comparison between the UK, Spain, Sweden, and Russia; for an exception focused on primary and secondary education, see Jenkins et al., 2003).

The empirical analysis developed in this paper shows that government initiatives consistently rose participation in programs to upgrade educational titles in absolute terms and, even if to a lesser extent, also in the share of participants among all employees with the same initial education. DID-PSM estimates outline mostly significant wage effects from participation in recognition of prior learning. However, the path undertaken to improve individual qualification matters. Participants in recognition of prior learning under the RVCC initiative suffered on average a significant wage penalty compared to participants in formal adult education, whereas differentials became mostly non-significant under the NovasOportunidades programme.

KNOWLEDGE BASES AND NETWORKING BEHAVIOR OF RESEARCH-BASED SPIN-OFFS

Oscarina Conceição [+]

DINÂMIA'CET-IUL | Polytechnic Institute of Cávado and Ave

Cristina Sousa [+]

Univ Portucalense, Research on Economics, Management and Information Technologies - REMIT | DINÂMIA'CET-IUL

Margarida Fontes [+]

LNEG | DINÂMIA'CET-IUL

Resumo

The paper addresses the role played by research-based spin-off firms (RBSOs) as knowledge dissemination mechanisms, through their position in knowledge networks.

RBSOs are companies set-up to commercially exploit the results of academic research, transforming it in technologies, products or services and making them accessible to the society. Moreover, if successful in their endeavour, RBSOs are likely to continue acting as sources and disseminators of new knowledge over time. Previous research found that besides the continued relevance of links with research organisations, these firms frequently play an intermediary role between academia and industry and started characterising the forms assumed by that role (Conceição et al., 2015; 2017). This paper extends this approach by proposing that the composition and structure of the knowledge networks and the position occupied by RBSOs are not homogeneous, but vary between industries, being associated with the nature of the knowledge prevalent in that industry.

For this purpose the paper draws on the notion that innovation processes in firms and industries are strongly shaped by their specific "modes of knowledge creation" or "knowledge bases", which have been categorised as analytical (science based); synthetic (engineering based); or symbolic (creativity based) (Asheim and Coenen, 2005). An analytical knowledge base is characterized by: creation of new knowledge based on deductive processes and formal models; scientific knowledge and thus dominance of codified knowledge (even if tacit knowledge is also present) expressed publications and patents; the radical innovation as a frequent outcome. A synthetic knowledge base is characterized by: knowledge creation through inductive processes of testing and experimentation, and thus dominance of tacit knowledge; innovation based on application (including novel combinations) of existing knowledge; incremental innovation (Asheim and Gertler, 2005; Moodysson et al, 2008). A symbolic knowledge base is related with processes that deal with the creation and communication of cultural meanings, symbols, ethics and aesthetics, thus being mainly (but not exclusively) tacit, closely linked to specific socio-cultural contexts and difficult to transfer across geographical spaces (Manniche, 2012).

The distinct modes of knowledge creation associated with the different knowledge bases impact on way firms develop their knowledge networks (Moodysson et al, 2008; Plum and Hassink, 2011; Martin, 2013). Interactions with research organisations, as complementary sources to internal R&D, are

more frequent in the analytical mode; while interacting with clients and suppliers for problem solving, often through face-to-face exchanges and/or informal bartering, is more relevant in the synthetic mode. The more codified nature of the knowledge in the analytical mode makes personal interactions less important than in the synthetic mode, and also invites a greater formalisation of the knowledge exchanges.

Thus, this paper draws on the knowledge base concept to uncover eventual differences between the knowledge networks formed by Portuguese RBSO in different industries, as a basis to understand whether the intermediary roles previously identified are dissimilarly distributed across industries. For this purpose, two industries are considered which exhibit characteristics that suggest the predominance of substantially different knowledge bases: biotechnology associated with an analytical knowledge base and environment & energy with a synthetic knowledge base. The empirical research is based on data on the publicly funded collaborative RDT projects established by the population of RBSO created in Portugal until 2007 (327 firms), encompassing both domestic projects, funded by national programmes (237 projects) and international projects, funded by European Framework Programmes (216 projects) and covering a broad spectrum of industries. Data on projects involving RBSOs active in biotechnology (47 national and 52 international projects) and energy & environment (14 national and 17 international projects) were extracted from this set. The knowledge networks, associated with the participation of RBSO in those projects, were (re)constructed and analysed using a set of measures from social network analysis, namely for study their composition and structure.

The results show that there are indeed differences in the networks formed by firms in these two industries. The findings concerning the size (higher number of ties and greater component size) and the composition (greater weight of international partners) of the biotechnology network, as compared with the energy & environment, are consistent with features attributed to the two types' knowledge bases (Martin, 2013). Similarly, some findings concerning the network structure - e.g. biotechnology network exhibits a higher activity, reflected in the higher average degree centrality which suggest interaction with a higher number of partners - are equally in line with expected behaviour by companies in industries with analytical and synthetic knowledge bases (Martin, 2013). Other differentiating features identified, which emerge as more particular to RBSOs, reinforce the industry-specificity of the knowledge networks studied.

These results, first of all, support our association of RBSOs active in these industries to the two generic knowledge bases, in particular our tentative association of the energy & environment industry - which had not yet been object of research at this level - to the synthetic knowledge base. But more importantly, they show that, in spite of RBSOs common academic origin, their networking behaviour is strongly influenced by the dominant knowledge base in the industries where they operate. This distinct networking behaviour is reflected in the position occupied by RBSOs in knowledge networks and thus on the nature of knowledge dissemination role they play in different industries.

ARQUITECTURAS CONTEMPORÂNEAS ANÓNIMAS. MODOS DE REGENERAR AS “PERIFERIAS DAS PERIFERIAS” DE LISBOA

Ana Nevado [+]
DINÂMIA'CET-IUL

Resumo

Na sequência da conclusão da minha Tese de Doutoramento (Nevado 2018), o presente resumo foca-se na investigação sobre arquiteturas (ditas) “anónimas”, visando questionar o potencial que contêm na contemporaneidade e nas identidades socioculturais que podem emanar desse “anonimato”. Essas arquiteturas – aparentemente invisíveis, mas omnipresentes – são compreendidas neste contexto como imóveis sem autoria, incluindo: bairros e/ou edifícios de génese ilegal, sem projeto de arquitetura nem licenciamento (e.g.: Cova da Moura; zona ribeirinha oriental de Lisboa); imóveis que carecem futuramente de licenciamento para legalização de alterações, de modo a cumprir a legislação vigente; edifícios criados sem estabelecer relação com a envolvente e com os espaços públicos; antigos bairros operários – intervencionados, por exemplo, pela CML, para habitação atual com rendas acessíveis; entre outros.

A arquitetura contemporânea engloba não só obras de autores de renome, como também casos anónimos, frequentemente associados a peças desqualificadas/não eruditas (Guerrero Baca e Sória Lopez 2018). Contudo, a paisagem urbana é marcada por esses casos, cuja reabilitação e regeneração urbana são prementes considerando o seu estado de conservação. Perante as dinâmicas introduzidas pelo turismo e pelo alojamento local, e as consequências daí decorrentes, maioritariamente negativas e sentidas em áreas centrais/históricas das cidades, desenvolvem-se políticas, atualiza-se a legislação e criam-se associações de moradores que procuram, por um lado, limitar esses efeitos e, por outro lado, preservar as características locais e culturais (Choay 2011; Colavitti 2018). Uma dessas consequências foi o afastamento progressivo de áreas centrais para periféricas em busca de rendas menos dispendiosas. Consequentemente, os solos urbanos e os imóveis menos qualificados foram (sobre) valorizados, exponenciando intervenções de reabilitação e de regeneração urbana.

Perante as céleres transformações urbanas e legais (Assembleia da República 2018; Ministério da Economia 2014), a consequente depredação de espaços e de paisagens e a necessidade de criar abordagens alternativas e afetivas dos territórios (e.g.: Dimitris Pikionis), urge criar modos de integrar e de relacionar áreas urbanas, visando criar espaços de qualidade (Nevado 2018; Nevado e André 2018). Por outro lado, as áreas urbanas - e os bairros, em particular -, contêm os seus próprios centros e periferias, costumes e tradições culturais que merecem ser valorizados. As cidades resultam de conjuntos de obras “sem autoria” conhecida. Porém, enquanto as infraestruturas e os equipamentos urbanos resultam de planeamento e de projetos específicos, a habitação é maioritariamente anónima e constitui a maior percentagem a ser valorizada/reabilitada. Embora constituam imóveis não classificados, existem diversos casos em que formam conjuntos urbanos com interesse cultural – pois correspondem a determinadas épocas de construção/históricas, sendo conjuntos relevantes de memória urbana

coletiva -, ou seja, são património urbano (Terán 2009; Choay 2011; Nevado 2018; Nevado e André 2018). Assim, representam oportunidades-chave de intervenção de regeneração e de reabilitação urbana.

Em prol da sustentabilidade e da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, a regeneração urbana considera-se como processo integrado em função de cada contexto e realidade específicas mas sem fórmulas de atuação estanques (Nevado 2018). Deste modo, pretende-se dar a conhecer as intenções de realização de estudos empíricos em busca de modos de regenerar as “periferias das periferias” de Lisboa através do reconhecimento de arquiteturas contemporâneas anónimas e da análise de casos urbanos reais/existentes, suportados por bases conceptuais. Visando compreender a relevância e a utilidade dos conjuntos de construções “anónimas” (i.e.: “sem autoria”), proponho os seguintes objetivos neste estudo:

i. elaborar abordagens históricas dos lugares, partindo da contemporaneidade;

ii. mapear zonas “anónimas” em áreas periféricas da cidade, da área metropolitana de Lisboa e das suas áreas limítrofes (i.e.: as “periferias das periferias”; e.g.: Torres Vedras).

Questiono, particularmente:

i. a possibilidade de valorização, como e porquê, dos conjuntos urbanos de arquitetura “anónima”? Que vantagens existem?

ii. qual o papel das populações nesses processos (de integração, valorização, preservação, conservação, manutenção preventiva, etc.)?

iii. como articular a intervenção pública e privada nesses processos?

Metodologicamente recorrerei:

i. à análise empírica de conjuntos urbanos - considerando áreas não centrais de Lisboa e da sua área metropolitana - e de intervenções espontâneas e/ou de caráter artístico (e.g.: street art em áreas urbanas desqualificadas como o bairro do Alto da Cova da Moura, Xabregas/Marvila, Olivais, etc.; registo fotográfico de arquiteturas “anónimas” em São Paulo, no Brasil, pelo artista Alberto Simon; etc.)

ii. a bases teóricas e conceptuais, no âmbito da regeneração urbana.

Em busca da criação de memórias urbanas coletivas e afetivas de espaços urbanos e das populações, saliento as seguintes conclusões principais:

i. o conhecimento histórico urbano assume-se como fator de valorização e motor para o desenvolvimento económico e o turismo (Colavitti 2018);

ii. a regeneração urbana deverá procurar modos de relacionar espaço público, edificado e aspetos imateriais/culturais;

iii. o papel e a relação interdisciplinar - dos técnicos de arquitetura, urbanismo e das ciências sociais, juntamente com associações de moradores e cooperativas locais - é fundamental para alcançar o sucesso das intervenções de regeneração urbana;

iv. perante a falta de recursos para recuperação de todo o edificado, a reabilitação e a regeneração urbana das arquiteturas “anónimas” são oportunidades de futuro, visando a criação de valor, de emprego e a integração urbana, socioeconómica e territorial.

O PROBLEMA DA HABITAÇÃO EM PORTUGAL E A RENOVAÇÃO CULTURAL DA ARQUITECTURA E DO URBANISMO PÓS 1948

Maria Amélia Cabrita [+]
DINÂMIA'CET-IUL

Teresa Marat-Mendes [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Resumo

A historiografia da arquitetura permite-nos assinalar, de forma inequívoca, a importância dos fatores culturais e aspetos interdisciplinares nos momentos chave das mudanças importantes e no desenvolvimento da cultura arquitetónica internacional e em Portugal, no decurso do século XX, que se processam de forma aparente pela ação e influência direta de figuras de destaque, mas que se concretizam através da consistência de um "coletivo", caracterizado pelo esforço de independência e por vezes de rutura em relação a pressões de dominância política, de gosto, de preconceitos.

É sobejamente reconhecido o I Congresso de arquitetura de 1948, coincidente com a exposição 15 anos de obras públicas e o II Congresso de engenharia, como um desses momentos-chave, em que se conjugaram as ideias e as vontades de arquitetos de diferentes posições numa frente comum de oposição ao ideário do Estado Novo relativamente ao papel da arquitetura, muito relegado para segundo plano, em confronto com a engenharia, na fase desenvolvimentista que, a partir de 1945, marcou o esforço de industrialização e modernização do país.

A presente comunicação testemunha uma investigação em curso no âmbito de um Doutoramento em Estudos Urbanos (ISCTE-IUL/FCSH), cujo tema se centra nos programas de habitação social do Estado Novo, entre 1933 e 1970.

Este arco de tempo permite-nos avaliar evoluções, transições e mudanças na história da arquitetura e na cultura arquitetónica em Portugal, acompanhando de forma desfasada o panorama e contextos internacionais, mas em que a história da habitação social, caracterizada por continuidades e rupturas conceptuais, jogou um papel importante, congregando protagonismos, marcada, depois de 1950, por esforços de atualização, pela investigação científica do habitat e pela interdisciplinaridade, num ambiente de renovação cultural em que participaram os arquitetos.

De iniciativa e promoção governamentais, o programa-base das casas económicas vem consolidar um desígnio já expresso e experimentado em 1918, durante a primeira República. Caracterizou-se pelos vínculos ideológicos e políticos da ditadura mas a evolução tipológica e de carácter político administrativo que desde cedo se expressa na sucessiva legislação e a diversidade das realizações que também os programas adicionais vão permitir, provam um

esforço de adaptação às mudanças sociais e económicas, bem como a outras circunstâncias e contextos, gerais ou locais.

Apesar disso, mantinha-se a rigidez inicial, numa conceção forçadamente retrógrada no que respeitava o desenho urbano e arquitetura, com destaque para as áreas exíguas das habitações mais modestas, bem como nos processos construtivos, face aos limites financeiros impostos. Sobretudo, persistia o velho problema da falta de alojamentos acessíveis às classes de menores recursos, cujas famílias enxameavam as principais cidades, vivendo em condições deploráveis.

É com base neste cenário, e num ambiente de oposição às tentativas oficiais de resolução do problema da habitação, mormente o das casas económicas, que se vai desenvolver, no II tema do Congresso de 1948, O problema português da habitação, não só a crítica, mas também os conceitos para propostas concretas, de tal forma que é possível identificar, não só o protagonismo dos arquitetos, mas também as ideias, no desenvolvimento que o tema da habitação vai provocar na expansão de Lisboa e as repercussões que vai ter na arquitetura e urbanismo nos anos seguintes.

A análise das comunicações do congresso, acompanhando os contextos respetivos, leva-nos a perceber as vias pelas quais é permitido aos arquitetos avançar com propostas concretas de mudança. Por um lado, são os contactos com o exterior, através de viagens de estudo, de visitas a exposições, de participação em organizações internacionais, de importação de livros e revistas, e também a participação dos arquitetos na vida cultural, nomeadamente a que internamente se construía à revelia das iniciativas oficiais. É assim que, por exemplo, vamos encontrar, como participantes das Exposições Gerais de Artes Plásticas (EGAP) na SNBA, de 1946 a 1956, de iniciativa claramente conotada com a oposição ao regime, numerosos arquitetos, entre eles, muitos daqueles que participaram no congresso e mais tarde no Inquérito à Arquitetura Regional, ou figuras de destaque desta "geração". Por outro lado, destaca-se a importância da interdisciplinaridade neste processo, nomeadamente com o advento da sociologia em Portugal, feita com a participação dos arquitetos, que aproveitam justamente os dados de uma disciplina já internacionalmente desenvolvida, para alimentarem teoricamente e depois na prática da investigação e do projeto da habitação social, a ideia, inédita no país, da função e responsabilidade social da arquitetura.

É precisamente esta consciência de responsabilidade que vemos patente na atuação de Nuno Teotónio Pereira, junto da Federação das Caixas de Previdência - Habitação Económica, como líder de uma nova forma de lidar com as questões da habitação para o maior número, e de Nuno Portas, como pensador e teórico, e pelo papel desempenhado no LNEC no âmbito da investigação em arquitetura e urbanismo, a partir de 1963. Mas o arquiteto é também, na mesma altura, o impulsionador de um Grupo de coordenação de estudos de habitação, para o qual se pretendia o contributo de diversas instituições e organismos, entre as quais a DGEMN, principal responsável pelo programa das casas económicas.

De assinalar, nesse contexto, a atividade desenvolvida pelo GTH, organismo criado junto da presidência da CML em 1959, que integrava unidades de investigação sociológica e de estudos técnicos, responsável pela urbanização e construção de Olivais Norte e Olivais Sul, onde se vêm a consolidar os princípios defendidos por Nuno Portas. Em Olivais Sul é encerrado o programa das casas económicas em Lisboa, com a construção de mais de 1000 fogos, grande parte já em habitação coletiva, uma vez que no Plano de Chelas vai ser recusada à DGEMN a concessão de terreno para construção de casas económicas.

Conclusão: as diligências para tentar resolver o problema da habitação em Portugal processaram-se num ambiente caracterizado pela ambiguidade, persistindo o decreto nº 23 052, definidor do programa das casas económicas, como legislação aplicável, enquanto vão sendo definidos e postos em prática outros programas mais adequados. Um pouco como se correspondesse à tentativa de manter o programa mais icónico do Estado Novo, aquele onde se plasmava a ideologia primacial da ditadura. Relevando a importância do enfoque profícuo no problema da habitação, destacamos o papel dos arquitetos, nos movimentos que levaram à mudança de paradigma na arquitetura e urbanismo depois de 1948, não só de forma direta, mas como participantes de uma cultura abrangente e interdisciplinar.

INVESTIGAR ARQUITECTURA NO LNEC, UMA PESQUISA EM PARCERIA

Patrícia Bento d'Almeida [+]
DINÂMIA'CET-IUL

Teresa Marat-Mendes [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Resumo

O trabalho que nos propomos apresentar surge no âmbito de uma investigação de pós-doutoramento, intitulada O LNEC e a História da Investigação em Arquitectura (SFRH/BPD/117167/2016), que tem o Dinâmia-CET'IUL como instituição de acolhimento e os professores Teresa Marat-Mendes (ISCTE-IUL), Michel Toussaint (FAUL) e Margarida Acciaioli (FCSH-UNL) como supervisores. Esta investigação visa avaliar, de forma sistemática, a importância da Divisão de Construção e Habitação (e das posteriores unidades orgânicas) do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) na pesquisa da Arquitectura e do Urbanismo em Portugal.

A investigação científica em arquitectura e urbanismo desenvolvida no LNEC teve início em 1961 e está em grande parte por estudar. Desde essa data que arquitectos-investigadores da Divisão de Construção e Habitação e das unidades orgânicas subsequentes desenvolvem parcerias com outros investigadores e centros de pesquisa, nomeadamente investigadores estrangeiros, mas também investigadores do LNEC pertencentes a

outros Departamentos/Núcleos ou com distintas áreas de formação. Assim, importa questionar: 1) quais as temáticas desenvolvidas? 2) qual a capacidade de resposta do LNEC a problemas relacionados com o urbanismo/habitação (num determinado momento) em Portugal? 3) como respondiam outros centros de investigação de referência a temas semelhantes? 4) que investigadores/centros estrangeiros influenciaram a investigação nacional? 5) que modelos/metodologias de investigação em arquitectura são possíveis de identificar? 6) qual o papel do arquitecto-investigador na condução da pesquisa?

Para este workshop propomo-nos dividir a apresentação em três partes: I) metodologia de trabalho seguida no primeiro ano e meio de projeto; II) outputs; e III) planos para o futuro.

Parte I

As publicações do LNEC (no formato de Relatórios, Informações Técnicas e Memórias) oferecem-nos um manancial de informação que logo verificamos ser pertinente tratar, na medida em que possibilitam a (re) construção da História da Investigação Científica em Arquitectura e Urbanismo em Portugal. Deste modo, a partir do conhecimento de um património cultural arquivado, bem como, do contacto direto com investigadores que passaram por este organismo público, propusemo-nos também demonstrar a influência e a responsabilidade desse(s) mesmo(s) arquitecto-investigador(es) no desenvolvimento das diversas linhas de pesquisa.

A consulta pormenorizada que está a ser conduzida nos arquivos e biblioteca do LNEC – e conseqüentemente às edições publicadas desde 1961 –, tem-nos permitido construir uma “catalogação” (em progresso) que identifica os programas de estudo estabelecidos para este centro de pesquisa, servindo como uma importante base de trabalho para o desenvolvimento do projeto de pós-doutoramento. Esta “catalogação” inclui as seguintes entradas: 1) ano; 2) tema de pesquisa; 3) título; 4) observações; 5) tipo de publicação; 6) nº processo; 7) cota (biblioteca); 8) código de barras (biblioteca); 9) arquivo LNEC (identificação da sala/prateleira/armário); 10) edição; 11) serviço-divisão; 12) assinatura(s); 13) autoria(s) (atribuída pela Biblioteca LNEC); 13) link (relatório/bibliografia quando digitalizado).

Colocando de parte as publicações relacionadas com o domínio da ‘Construção’ analisaram-se cuidadosamente as publicações que, sob vertentes diversificadas, consideraram-se referentes à análise do ‘Território’ e da ‘Morfologia Urbana’. Para estas publicações criaram-se “fichas de trabalho” que procuram dar resposta a: 1) título; 2) objectivo da pesquisa; 3) contactos estabelecidos; 4) metodologias seguidas; 5) estudos de referência indicados ao longo do texto; 6) observações; e 7) conclusões.

A palavra do arquitecto-investigador que passou outrora pelo LNEC é também valorizada neste projeto. Assim, indo ao encontro destes investigadores, promovendo entrevistas e palestras, abertas à comunidade científica e a todos os outros interessados, procurámos visitar algumas das temáticas de investigação desenvolvidas, as metodologias

aplicadas e, sobretudo, o testemunho de outros tempos e a utilidade e aplicabilidade para os nossos dias.

Parte II

A partir da diversidade de material recolhida, destacamos os seguintes outputs:

- Submissão de artigo científico a revista internacional indexada;
- Participação em congressos nacionais (ENHCT) e internacionais (PNUM e ISUF-Bari);
- Organização do I Ciclo de Palestras: Investigar Arquitectura & Urbanismo no LNEC

Parte III

Planos para o futuro:

- Submissão de artigos em revistas internacionais indexadas;
- Submissão de papers em congressos nacionais/internacionais;
- Organização do II Ciclo de Palestras: Continuar a Investigar Arquitectura & Urbanismo no LNEC;
- Recolha de material para a publicação: "Investigação em Arquitectura e Urbanismo";
- Recolha de material para a exposição final: "Investigar Arquitectura entre Engenheiros"

A revelação de um Património Cultural arquivado entre engenheiros e desenvolvido, nos últimos cinquenta anos, por arquitectos é fundamental para melhor informar o arquitecto, o urbanista ou o planeador do território de amanhã.

A PROBLEMÁTICA DOS BALDIOS E AS SUAS IMPLICAÇÕES NA AGRICULTURA "URBANA"

Raquel Sousa [+]
DINÂMIA'CET-IUL

Resumo

Os Baldios existem no território anteriormente a fundação do país. Em Portugal são uma figura legal existente há séculos, tendo estado no Estado Novo sob gestão autárquica. Depois da revolução, segundo o Dec. Lein.º 75/2017, a constituição de uma Assembleia de Compartes com moradores da freguesia e freguesias vizinhas, correspondente à localização de cada Baldio, torna possível reverter a sua gestão diretamente para a população. Neste trabalho a importância dos Baldios, terras que sendo comunitárias são passíveis de cedência, aluguer ou intervenção do estado para a agricultura, sendo este uso primordial na sua definição legal, encontra-se em estudo na Galiza e em Portugal. A sua utilização foi prevista, por exemplo, como bolsas de terras para jovens agricultores dada a sua existência física, embora decrescendo de norte para sul, (paralelamente à existência da sua gestão ativa pela população em detrimento das Juntas de freguesias e autarquias que frequentemente as substituem), pode quanto mais perto de zonas urbanas ser primordial como áreas de agricultura urbana, suburbana e periurbana. No entanto outros usos competem com o agrícola, florestal e pecuário, cuja transformação é permitida, embora regulada, de acordo com várias situações. A norte, na Galiza, os Baldios representam, na estrutura autárquica, o nível da Junta de Freguesia em Portugal, pois esta possui somente o nível de Camara Municipal (Ajuntamento), sem que existam Juntas de Freguesia, cujo papel é substituído pelas Assembleias de Compartes. Na região de Pontevedra constituem-se como ocupando cerca de 50% do território e normalmente em Espanha representam cerca de um terço. Muitas vezes, como em Vigo onde os Baldios cercam a parte urbanizada da cidade a autarquia tem que negociar a sua expansão com as Assembleias de Compartes, (AC). Assim o uso agrícola encontra-se subjugado à expansão da cidade, a não ser que a AC decida de outra forma, tendo, portanto, interferência significativa nos desígnios desta (entrevista a Juan Picos). Em Portugal os Baldios representam cerca de 5% do território sendo esta média desequilibrada de norte para sul, mas ainda assim significativa, sobretudo à luz do aumento da valorização da propriedade e do aumento recente da área agrícola ativa. Esta importância aumenta se considerarmos fatores sociais predominantes em Portugal como a diminuta cidadania, participação e empoderamento dos cidadãos, sendo que a gestão destas terras permite desenvolver estas competências para além de possibilitar à população auferir também dos rendimentos provenientes destas, conseguindo-se assim à partida otimizar a sua gestão, de acordo com as necessidades dos moradores da freguesia.

Existem muitas formas no nosso país de gestão de Baldios umas legais, outras com contornos que raíam a ilegalidade. Como os Baldios eram maioritariamente para usos agrícolas, florestais e pecuários, a sua transformação noutros usos é agora possível e está regulamentada. Assim há zonas que se exploram ou alugam para outros fins, dado o uso

agrícola/pecuário poder já não existir total ou parcialmente, substituindo-se por outros: exploração de recursos, estruturas sociais e/ou urbanização. Assim no futuro qualquer junta de compratrtes poderá decidir se o Baldio tem uma utilização agrícola ou destinar-se a urbanização. Na prática, dado muitos terem sido abandonados, é usual as autarquias remeterem estes terrenos para a sua gestão, o que é previsto por lei, desde que decidido pelos compartes. Caso esta não exista, a Junta de freguesia transforma-los-á em propriedade municipal passado 15 anos. Também acontece com relativa frequência estas tenderem a classifica-los como terrenos municipais, usando muitas vezes a figura legal de Usucapião ou Doação, que não é aplicável no caso dos Baldios, mas que é utilizada. A situação gera uma problemática que a mais recente legislação () parece por um lado remediar, pois muito embora preveja a passagem dos Baldios, caso não existam Assembleias de Compartes, para terrenos municipais daqui a 14 anos, obriga as autarquias e Juntas de freguesia a cumprir o que lhes foi ordenado pelo Estado Português em 1994, no que respeita ao recenseamento de compartes e que na sua maioria não aconteceu. Também permite um movimento de reversibilidade baseado no interesse da população em voltar a (re)constituir Assembleias de Compartes para efetuar a sua gestão. No entanto, a informação sobre a existência e localização destes, encontra-se dispersa entre vários organismos estatais e autárquicos, tornando difícil a sua localização, para que a população possa retomar o controle da sua gestão, caso deseje. Assim, como referido, muito embora em 94/06/07, as autarquias tenham sido notificadas pela Direção Geral da Administração Autárquica, de forma a atualizarem e comunicarem o recenseamento de todos os compartes na sua região, estas instituições não priorizaram a facilitação do processo, existindo provas deste facto (documentação mostrada em entrevista por Carlos Veríssimo do concelho diretivo dos Baldios de S. Martinho do Porto. A razão para tal pode ser inferida ou pelo menos pode colocar-se como suspeita, dado o exemplo apresentado abaixo, a situação de que, como muitos baldios foram abandonados, vão assim caindo no "esquecimento", podendo acontecer estes terrenos passarem para registo de propriedade, como autárquicos como é o caso da aC liderada por Carlos Veríssimo. Isto muito embora ainda se possam identificar e localizar, na maior parte dos casos, quer testemunhalmente, quer através da integração de várias provas documentais existentes em vários órgãos estatais. No caso de alteração de posse (que é ilegal) para Juntas de freguesias, não constitui grande surpresa para a população que esta seja retomada pela Junta de Freguesia, facilitando a transformação da sua posse a favor da autarquia, pois na sua maior parte, ignoram a existência desta figura legal. Assim muitos Baldios são alvo de registo, pelos órgãos autárquicos como terrenos municipais e não como Baldios, muito embora a reconversão de um Baldio em terreno autárquico não seja possível. A única possibilidade será a Assembleia de Compartes nomear os órgãos autárquicos, em sua substituição, para fazerem a gestão como Baldio, mas não a sua transformação para terreno autárquico. De facto, segundo a legislação em vigor, a utilização de Baldios não é passível de reconversão do registo destas relevas, (prédios), para terrenos municipais ou pertencentes a algum órgão autárquico ou a algum privado, quer por usucapião ou doação. Mostra-se assim, que é defesa em causa própria e que pode demonstrar intencionalidade das juntas de freguesia não efetuarem o recenseamento dos compartes. Até porque muitas vezes estes Baldios já foram

“transformados” em terrenos autárquicos, sem tal poder ocorrer. Assim, os Baldios, uma figura legal que permite a gestão comunitária da propriedade diretamente pela população, encontram-se em “extinção” desde a altura da elaboração da lei de Baldios de 1975, ou seja, na altura em que a população rural era cerca de 30%, (sendo hoje menor que 3%). Isto passou-se muito antes da última legislação prever que caso não existam compartes para os gerir, dentro de 15 anos a sua gestão deverá passar para o poder autárquico.

O estudo de casos leva a concluir uma realidade multifacetada onde existem Baldios geridos e co-geridos, entre a autarquia e as Assembleias de Compartes (Galiza e Norte de Portugal), Baldios onde a gestão foi transferida democraticamente para a Junta de freguesia (Baldio em Prado, Melgaço) e casos onde existe a tentativa de os Baldios abandonados serem incorporados como terrenos municipais ou mesmo privados (Baldio de S. Martinho do Porto) ou mesmo reclamações de inversão de posse de privados. Em termos de importância como bolsa de terras para a agricultura urbana, suburbana ou periurbana a sua significância é importante dado que existem também junto ou no interior de localidades como Lisboa, Cascais, Oeiras, Sintra, Porto, Braga, tendo elevada importância nas zonas metropolitanas de Porto e Lisboa.

Encontra-se assim aqui delineado o quadro da problemática quer da fisicalidade do Baldio quer das questões legais e teóricas à sua volta.

SISTEMA ALIMENTAR E PLANEAMENTO URBANO AO NÍVEL MUNICIPAL.

ANÁLISE DA SUA INTEGRAÇÃO NOS 18 MUNICÍPIOS DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Teresa Marat-Mendes [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

João Cunha Borges [+]
DINÂMIA'CET-IUL

Ana Mélice [+]
ISCTE-IUL

Raul Lopes [+]
ISCTE-IUL

Resumo

É objetivo da presente comunicação dar a conhecer os resultados de uma análise elaborada ao nível da integração do Sistema Alimentar no âmbito de um instrumento específico de planeamento urbano, nomeadamente o Plano Diretor Municipal (PDM), realizada no âmbito de um projeto de investigação em curso no DINÂMIA'CET-IUL, Projecto SPLACH – Spatial Planning for Change.

Assim, apresentam-se aqui os resultados de uma tarefa de investigação que teve por objetivo promover uma avaliação da integração do Sistema Alimentar nos PDM's da Área Metropolitana de Lisboa' realizada no âmbito do Projecto

SPLACH, no seu Working Package 3 'Segurança Alimentar e Sustentabilidade'. É objetivo do Projecto SPLACH contribuir para a identificação de políticas de planeamento urbano que promovam uma transformação sustentável das cidades e do território, incluindo aquelas que se relacionam com a organização do Sistema Alimentar no meio urbano.

A segurança alimentar, a agricultura urbana sustentável e melhoria das condições de nutrição da sociedade correspondem a três dos objetivos identificados pelo Pacto de Milão, a Agenda 2030 das Nações Unidas e a Nova Agenda Urbana, no sentido de contribuir para uma transição urbana sustentável, para a qual a própria governança local deverá saber corresponder. No entanto, da análise da literatura disponível sobre esta temática é possível concluirmos que o Sistema Alimentar ainda não se encontra completamente assimilado nas políticas de planeamento locais.

Assim, esta apresentação através da sua primeira análise avaliação da integração do sistema alimentar em políticas de planeamento local, aplicado especificamente na Área Metropolitana de Lisboa (AML), procura demonstrar através da evolução das principais estratégias e ambições dos instrumentos de planeamento municipais (PDM), como é que estes tem manifestado interesse e preocupação pela presença da agricultura urbana, da agro-floresta e de outras formas de uso de solo que possam ser relevantes para o sistema alimentar.

Os resultados da análise submetida aos 18 municípios que integram a AML revelam-nos diferentes definições e prioridades para com o uso de solo agrícola, por parte dos municípios que integram a AML. Identificamos assim diferentes entendimentos ao nível da política de planeamento municipal sobre o papel do sistema alimentar no planeamento urbano. Assim, após 25 anos de planeamento municipal em Portugal, julgamos aqui pertinente colocar algumas questões que poderão contribuir para a investigação em curso do Projecto SPLACH: Quais são as implicações do planeamento municipal na totalidade do sistema alimentar metropolitano? Em que circunstâncias pode a agricultura urbana promover uma revisão das práticas e políticas correntes de planeamento? E que lições podem daqui ser retiradas para um planeamento municipal eficaz do ponto de vista das transições para a sustentabilidade, conforme previstas pela Agenda 2030?

ONDE MORA O MEU LUGAR - AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DA PERIFERIA

Márcia Leão [+]
DINÂMIA'CET-IUL

Resumo

Resumo: O presente trabalho visa apresentar uma análise comparativa de aglomerados habitacionais que se desenvolveram como forma alternativa de sobrevivência, numa condição espontânea, porém, com infraestrutura complexa e deficitária, mas que, na atualidade determina uma estrutura e identidade no composto social que evoluiu a partir do modo de convivência interno entre os seus habitantes. Os papéis desempenhados pelos atores sociais conduziram para a percepção de que muitas, destas áreas, se revelaram verdadeiros territórios em desenvolvimento e negócios, assim como, caracterizaram-se como grandes áreas de compartilhadas oportunidades. Assim destacamos exemplos nas favelas do Brasil, cujo maior desafio é a falta de infraestrutura, mas que caracteriza alternativas em vias de comunicação espacial. Segundo dados do Censo de 2010, a população das favelas brasileira cresceu mais do que a da cidade: entre 1980 e 1991, os domicílios totais para o país cresceram a 3,08% ao ano, enquanto que domicílios em favelas cresceram a 8,18%. Durante um período de dez anos (2000 a 2010) a população aumentou em quase cinco milhões de pessoas em todo o país – o que equivale a, aproximadamente, toda a população da Noruega. Historicamente, a ocupação das favelas mais modernas (como as que conhecemos hoje), surgidas na década de 1970, se deram devido ao êxodo rural. Diversas pessoas vindas para as grandes capitais em busca de trabalho, sem ter onde morar, foram para as periferias. O acesso à moradia para a população de baixa renda no Brasil, geralmente sem amparo do governo, se deu das seguintes formas: por meio dos cortiços, as favelas e os loteamentos periféricos, todos caracterizados pela autoconstrução e pela falta de estrutura. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), favela ou aglomerado subnormal é todo conjunto “constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa”. É favela qualquer “ocupação e/ou construção em terrenos de propriedade alheia” com as seguintes características: “urbanização fora dos padrões vigentes” ou “precariedade de serviços públicos essenciais, tais quais energia elétrica, coleta de lixo e redes de água e esgoto”, aponta o Instituto, nos bairros sociais, em Portugal, especificando o caso da Cova da Moura, no bairro de Amadora, existe o mito de uma Cova da Moura sem lei vem dos meados dos anos 90. O semanário O Independente fez então sair uma primeira página com “os bairros de Lisboa onde a polícia não entra”. A Cova da Moura era dos mais proeminentes destes bairros — e era também um bairro predominantemente negro. Criou-se a ideia de

um local onde gangs criminosos proliferavam e a polícia não conseguia entrar. O preconceito racial facilitou, é claro, a transmissão dessa narrativa. Uma boa parte do resto da imprensa e da sociedade acreditou no que as fontes policiais diziam e a fama do bairro cristalizou-se naquela ideia de que a polícia não conseguia lá entrar. Acredita-se que o nome Cova da Moura se deve à associação do buraco causado pela pedreira existente na quinta e à família Moura, que habitava nas proximidades da pedreira; O terreno começa a ser ocupado junto das principais acessibilidades e assiste-se a uma ocupação de proporções bem distintas, tendo em consideração que até a data habitariam naqueles terrenos cerca de apenas 360 pessoas. Estes novos moradores pagam à «comunidade agrícola» para a libertação de alguns terrenos, junto às zonas de melhor acessibilidade. Num dos estudos de caracterização e diagnóstico do Bairro do Alto da Cova da Moura, a distribuição dos indivíduos pelo processo natural assume uma expressão espacial importante, instituindo-se ao nível do “quarteirão”, o que revela a procura de uma estratégia de proximidade em relação às pessoas da mesma origem, baseada nas redes familiares e de amizade, na cultura e na língua, como fatores de aglutinação. E por fim, os aglomerados rurais dentro da cidade de Bissau, na Guiné-Bissau, cujo modo de vida difícil, também caracterizado pela falta de infraestrutura marcam o modo de vida pobre, precário, de convivência acirrada com a paisagem que apresenta no mesmo cenário pessoas, lixo, animais sujos, peçonhentos, dividindo espaços e sobrevivendo com restos. São esses espaços espelhos que refletem os resultados colhidos de uma sociedade desigual, que luta para recuperar as oportunidades perdidas durante o processo de colonização e que trazem em comum uma mesma característica que é a presença social e histórica do negro e todos os seus problemas com a discriminação racial.

'ANIMAÇÃO TERRITORIAL' E PLANEAMENTO PARA A RESILIÊNCIA: LIÇÕES PRELIMINARES DE EXPERIÊNCIAS EM CURSO

José Manuel Henriques [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Resumo

Nas condições contemporâneas, acentuam-se a incerteza e a imprevisibilidade relativamente à ocorrência de fenómenos raros associados a riscos potencialmente devastadores (falências bancárias, recessão económica, fenómenos extremos associados a alterações climáticas, etc.). Aumenta a probabilidade de ocorrência de fenómenos raros ('cisnes negros') sem que seja possível determinar a sua natureza ou uma probabilidade associada ao momento da sua ocorrência ou ao risco a ela associado (Taleb, 2013).

A imprevisibilidade crescente de problemas sociais com consequências potencialmente perturbadoras tem vindo a estimular uma perspectiva de investigação orientada para o sentido a associar as formas de desenvolvimento de base

territorial facilitadoras de uma redução da vulnerabilidade a fenómenos dessa natureza através de maior resiliência territorial.

A literatura sobre vulnerabilidade e resiliência económica territorial que tem vindo a ser sistematicamente revista, permite a formulação de perspectivas preliminares de aprofundamento. No essencial, emergem como vulnerabilidades centrais não a sensibilidade ou o grau de exposição a fenómenos imprevisíveis mas a falta de preparação. A não atribuição de sentido à possibilidade de ocorrência de fenómenos inesperados e à necessidade de capacidade de acção colectiva para lhes fazer face constituem vulnerabilidades decisivas.

Desde o contributo inicial de Holling (1973) que a noção de resiliência se situa para além do retorno a um estado inicial. Trata-se da persistência de relações internas aos sistemas socio-ecológicos. Os sistemas sociais poderão ter que ser concebidos de forma a acomodar o sentido da adaptação a possíveis choques e assegurar a aprendizagem com base na experiência. Adaptabilidade e transformabilidade tornam-se centrais.

Na impossibilidade de determinar a natureza, o momento e o carácter potencialmente destruidor de eventuais eventos raros a diminuição voluntária da vulnerabilidade convida a perspectivar a resiliência como capacidade de adaptação. Mas dada a impossibilidade de determinar a natureza do evento, a capacidade de adaptação terá que orientar-se para a máxima destrutividade de eventuais choques. Se no limite, o efeito potencialmente mais destruidor se exprime através de ameaças à sobrevivência humana, a capacidade de adaptação concretiza-se na articulação entre capacidade de exercício da intencionalidade colectiva na acção transformadora, na concretização de estratégias de desenvolvimento para a resiliência através do máximo controlo possível das condições de sobrevivência e na 'atribuição de sentido' à necessidade de produção de conhecimento e desenvolvimento de competências adequados aos desafios.

Assim, na promoção da 'resiliência territorial' está menos em causa a determinação da probabilidade de ocorrência de eventos predefinidos e mais a capacidade de agir na preservação do essencial (independentemente da expressão que eventos concretos possam conhecer).

Essa perspectiva permite também 'revisitar' o debate dos anos 70 sobre 'necessidades básicas' no quadro da acção para o desenvolvimento e sobre a relação entre esse debate o início da transição paradigmática em desenvolvimento regional que se começou a desenhar com as propostas iniciais de um desenvolvimento regional 'endógeno' na resposta aos processos de reestruturação global que se começavam a desenhar na sequência da crise de 1973. A antecipação e a intencionalidade humana surgem orientas para a identificação de prioridades existenciais a preservar (condições materiais da satisfação de necessidades humanas básicas).

Agency, path-departure e 'cegueira' paradigmática, e produção de conhecimento para a resiliência

A perspectiva da 'Animação Territorial' tem a sua origem na conjugação entre o reconhecimento da relevância central de agency em desenvolvimento territorial, a constatação da sua difícil emergência espontânea e a insuficiência do aprofundamento do conteúdo de políticas públicas centrais de desenvolvimento regional que se orientassem para a sua promoção local.

Razões diferentes poderão concorrer para a difícil emergência de agency. Tanto a acção como a não-acção podem ser expressão de intencionalidade informada. Tanto pode ocorrer a ausência de consciência sobre a possibilidade de agir ('cegueira' paradigmática, etc.) como pode ocorrer a consciência da não possibilidade de agir (relações de forças políticas desfavoráveis, falta de condições institucionais ou organizacionais para agir, desconhecimento sobre condições de concretização, etc.).

A ausência de consciência sobre a possibilidade de agir pode decorrer de conflitos paradigmáticos na relação entre prioridades de integração territorial e controlo de processos económicos mais favoráveis à garantia das condições de sobrevivência material (acesso a água e sistemas alimentares, abastecimento de proximidade, redundância em soluções de infraestruturação, etc.).

Por outro lado, a produção de conhecimento adequado aos contextos de intervenção pode envolver opções metodológicas não convencionais. Pode envolver o exercício de reflexividade crítica na avaliação da própria experiência ou a exercícios de 'atribuição de sentido', 'tradução' e 'recontextualização' a partir do acesso a informação contida em narrativas sobre outras experiências e passível de transformação em conhecimento útil ao contexto de intervenção.

Breve História da Animação Territorial em Portugal e Experiências em Curso nos Açores

Com a Iniciativa Comunitária Equal (2000-2010) foi criado em 'Caderno de Encargos' explicitamente orientado para a identificação de prioridade de inovação no domínio da Animação Territorial. Os projectos seleccionados foram organizados numa Rede Temática, a rede evoluiu para a criação de um projecto autónomo de experimentação de mainstreaming envolvendo entidades sem experimentação directa (Câmara Municipal de Peniche, Instituto Politécnico de Portalegre, Rede Animar e Federação Minha Terra).

A experimentação realizada pelos projectos e o esforço de reflexão crítica transversal sobre os seus resultados permitiu fundamentar uma perspectiva de aprofundamento da 'animação territorial' em torno de três dimensões centrais: a criação de novas formas de governança para a capacidade colectiva de transformar (collective agency), a concretização da inovação social para o aprofundamento de estratégias de desenvolvimento territorial e a produção de conhecimento adequado aos contextos de intervenção e à superação de deficits de competências emergindo com a acção.

No contexto da preparação do Plano Estratégico para a Coesão dos Açores (PECA) (2010) a experiência da IC Equal foi tomada como referência na proposta de uma perspectiva de Animação Territorial. É nesse contexto que surge a proposta inicial de criação da 'Plataforma Açores para a Capacitação na Acção,' mais tarde denominada como 'Academia para a Coesão nos Açores (ACA), concretizada através da então recém-criada Agência para a Coesão Territorial dos Açores (AGECTA). A AGECTA e a ACA fazem hoje parte integrante da Cooperativa Kairós.

Desde essa altura foram realizados dois cursos para formação de 'Agentes de Coesão' retomando a experiência da OIT, da OCDE e da Comissão Europeia na formação de 'Agentes de Desenvolvimento' ou da Áustria na formação de 'tutores regionais'. A experiência da ACA teve início tendo como referência um 'perfil de competências' para os Agentes de Coesão definido em torno do acrónimo BASIC (Knowledge Brokers, Social Artists e Spiders in Cohesion) ele próprio objecto de aprofundamento no âmbito das formações oferecidas.

Os cursos foram objecto de avaliação. O primeiro curso (2015) foi avaliado com base nos pressupostos da 'avaliação realista' e com a realização de Focus Groups. O segundo curso (2018) está ainda em avaliação através da experimentação de uma metodologia de 'Auto-Avaliação Realista Expedita' como elemento do aprofundamento do trabalho em Knowledge Alliance.

Elementos preliminares de reflexão incluem: a difícil gestão de papéis diversos por parte dos Agentes de Coesão; as formas como a informalidade prejudica a gestão de poder e a legitimidade de posições; a complexidade da resistência à mudança e à inovação organizacional; a pertença a diferentes organizações não facilita automaticamente relações inter-organizacionais na constituição de agency colectiva de base territorial.

CREATIVE TOURISM AND TERRITORIAL SUSTAINABLE DEVELOPMENT: A FRAMEWORK FOR IMPACTS ASSESSMENT

Pedro Costa [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Ana Rita Cruz [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Maria Assunção Gato [+]
DINÂMIA'CET-IUL

Margarida Perestrelo [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Resumo

Impacts assessment of creative and touristic activities on territorial development has been frequently centred on traditional quantitative methodologies and is often mostly based on its economic dimension. The multidimensional contributes of these activities for territorial development, considering their global outcomes in terms of economic, social, environmental, cultural and institutional benefits, are often underestimated, not only due to a frequent feeble ideological and conceptual openness, but also as consequence of the methodological difficulties that are associated with this evaluation of impacts.

Drawing upon a literature review on the different territorial impacts that the implementation of initiatives linked to creative tourism can have in placemaking, capacity building and local animation, particularly within the context of small and medium-sized cities or rural areas, this paper aims to develop conceptually and to test an assessment framework for creative tourism impacts on cultural and creative dynamics in those areas. The theoretical framework will be confronted with qualitative information collected in the scope of the research project CREATOUR - "Tourism Destination Development in Small Cities and Rural Areas", a consortium project that aim to combine interdisciplinary research and demonstration activities to build an integrated approach to creative tourism in small and medium-sized cities in Portugal.

Assuming this research project, involving 20 creative tourism projects all over Portugal, as case study, the impact assessment framework is co-constructed and discussed with the pilot-cases in this project's idea-labs, which were designed in order to support those organizations to develop their creative tourism offers in four Portuguese regions.

CIÊNCIA E GOVERNAÇÃO: A UNITED NATIONS DECADE OF OCEAN SCIENCE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT E A BIOTECNOLOGIA MARINHA

Maria Inês Gameiro [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Resumo

Na última década tem-se verificado um acentuado crescimento da biotecnologia marinha – impulsionado por novos usos e técnicas e também pela descoberta de recursos marinhos, em especial, genéticos –, abrangendo campos tão diferentes como a alimentação, os biocombustíveis ou a indústria farmacêutica e cosmética.

Trata-se de uma área complexa, em que a atividade científica é afetada pela comercialidade e em que, simultaneamente, as atividades económicas estão dependentes do progresso científico, pautada por implicações ambientais e de propriedade intelectual e partilha de benefícios, num quadro espacial repartido entre Estados e área internacional, no qual a titularidade dos recursos nem sempre é evidente.

A Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e, em particular, o Protocolo de Nagoya, vieram estabelecer um enquadramento normativo genérico para estas matérias, definindo uma obrigação geral de cooperação, no que respeita à investigação científica, o dever de transferência de tecnologia e ainda o dever de repartição de benefícios resultantes da indústria biotecnológica, incluindo económicos. Apesar dos receios de que os mecanismos regulatórios atualmente existentes não sejam suficientes, acarretando consequências, sobretudo ambientais, causadas por uma exploração crescente em que muitas vezes a ciência está associada a objetivos comerciais, na realidade, é unanimemente reconhecida a necessidade de desenvolver a investigação num campo em que o conhecimento é ainda muito escasso: o das biotecnologias marinhas, especialmente no caso dos recursos genéticos marinhos.

O relevo dado à promoção da ciência e do conhecimento do oceano, resulta da CDB mas, principalmente, da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), onde se pode ler no preâmbulo o objetivo de estabelecer “uma ordem jurídica para os mares e oceanos que facilite (...) a conservação dos recursos vivos e o estudo, a proteção e a preservação do meio marinho”. Recentemente foi proclamada pelas Nações Unidas, a United Nations Decade of Ocean Science for Sustainable Development (2021-2030), que pretende aprofundar o conhecimento científico do oceano e contribuir para o desenvolvimento de estratégias e decisões políticas que respondam aos desafios do desenvolvimento sustentável num meio em que as pressões se fazem sentir de forma crescente.

Perante uma área de crescente expansão económica em

que o desenvolvimento normativo é ainda escasso – a biotecnologia marinha – e perante o relevo do programa aprovado pelas Nações Unidas, que poderá constituir um novo impulso na governação do oceano, pretendemos refletir sobre a influência da Decade of Science nas atividades biotecnológicas, na perspectiva das eventuais implicações que o papel cimeiro atribuído à ciência podem trazer para o desenvolvimento de um quadro regulatório internacional.

A MULTI-CRITERIA APPROACH TO EUROPEAN AGRICULTURE: EXPLORATORY ANALYSIS

Maria José Palma Lampreia dos Santos [+]
DINÂMIA'CET-IUL

Manuel Mota [+]
Faculty of Economics, University of Extremadura

Resumo

There has been an undeniable and remarkable performance of the global food system over the last fifty years. During this period, total food supply has increased almost threefold, whereas population has only done so in a twofold ratio, along with very significant shifts in diet related to economic development. European agricultural activity plays an important role in European and world food security through the agricultural production, supply and international trade. The main aim of this paper is to analyse the agricultural sustainability of the twenty-eight Member States of the European Union in terms of economics, environmental, social and institutional activity. Information and data were retrieved from FADN database from the European Commission related to the year 2013, because is the last information available. The methodology includes the min-max approach based on the four components of sustainability, namely, economic, social, environmental and institutional. We include the new institutional component in the sustainability because European agricultural is high subsidised and these subsidies have impacts on European agricultural sustainability. All the referred components of sustainability were based on various indicators in each component based on the literature. The min-max approach was employed to normalise the selected indicators expressed in variety dimensions for their need to be put on a common basis. Multivariate methods, namely, Component Principal Analysis was used to estimate weights for the selected indicators to construct sub-indices and then the sub-indices were aggregated into the farm relative sustainability index but adjusted to the present goals. Subsequently, cluster analysis was used cluster analysis was used to form homogeneous groups of European countries according to the agricultural sustainability indices. The results confirm three groups of European countries, namely, the North and Central countries; the Eastern European countries and the Mediterranean countries. The results confirm that European agriculture firms and respective countries had a medium sustainability. The main conclusion

highlines confirms the importance of the sustainability as a tool to better adjust agricultural policies among the European Member States and the need to consider the social, environmental, institutional and competitiveness of the agricultural sector in each cluster of countries and respective agricultural firms.

AVALIAÇÃO E GESTÃO DE RISCOS INCERTOS: ANÁLISE DE CASOS JUDICIAIS DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO EM PORTUGAL

Vasco Gonçalves [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Resumo

A aplicação do princípio da precaução na avaliação e gestão de riscos incertos e potencialmente graves para o meio ambiente ou para a saúde pública tem mostrado alguma ambiguidade na interpretação do conceito de precaução, conhecimento insuficiente dos efeitos potenciais de atividades que podem causar risco e falta de mecanismos e estruturas operacionais para apoiar as decisões. Em disputas judiciais, em particular, os juízes têm dificuldade em conduzir análises baseadas em factos originados em ramos da ciência que não a ciência jurídica. O funcionamento da justiça administrativa resulta prejudicado e com discricção e imprevisibilidade no processo de decisão. Este estudo pretende esclarecer como o princípio da precaução tem sido interpretado e aplicado pelos tribunais em Portugal na análise de conflitos associados com a existência de riscos incertos para o ambiente ou a saúde pública. Pretende também contribuir para o debate sobre quando e como aplicar medidas de precaução. Para este fim, foi seleccionado um conjunto recente de processos judiciais relevantes a partir da Base de Dados de acórdãos do Ministério da Justiça em áreas que envolvem riscos ambientais e a aplicação do princípio da precaução. As decisões dos tribunais e sua fundamentação nas diferentes instâncias judiciais foram analisadas. A fim de permitir avaliar o grau de consistência das decisões dos tribunais na análise de riscos comparáveis e a proporcionalidade das decisões em relação à gravidade dos riscos, foi elaborado um quadro teórico de análise baseado no nível de gravidade dos riscos, no nível de prova de danos e no nível de severidade das medidas cautelares. Diferentes posições entre os tribunais foram observadas, com argumentos contraditórios na apreciação de um mesmo caso ou de casos similares. Os riscos existentes são admitidos, mas com diferentes níveis de gravidade, exigindo diferentes níveis de prova ou dando prioridade a diferentes interesses. Os resultados obtidos levam à conclusão de que, para contrariar a falta de informação clara e insuficiente sobre as incertezas existentes, conduzindo à percepção de diferentes níveis de gravidade dos riscos e a decisões divergentes, são desejáveis requisitos e critérios legais mais

precisos para a análise de riscos incertos e do equilíbrio de interesses nas diferentes áreas de atividades com riscos para o ambiente e a saúde pública e também para a análise da proporcionalidade das decisões face à gravidade dos riscos. Neste contexto, será muito importante o apoio técnico aos tribunais de especialistas científicos de alta qualidade na análise de informações ambientais e económicas.

DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA E A VIRAGEM PARA A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS

Vera Borges [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Resumo

Este paper é construído tendo como ponto de partida o projeto que agora se inicia no Dinâmia'Cet, intitulado Revelarte (v. Plano aprovado, 2019), e os resultados de alguns dos trabalhos anteriores (Borges, 2017, 2018). A temática deste projeto, "fico feliz por dizê-lo, não é nova", para utilizar as palavras de Merton (1957). Tem sido amplamente debatida a diferentes níveis, e sob múltiplas perspetivas, na Europa (Socco, 2011; Bonet e Négrier, 2011, 2018; Dubois, 2015; Bonet e Sastre, 2016) e em Portugal (Santos, 1982; Silva, 1997; 2007; Lopes 2008; Ferreira et al., 2016; Garcia et al. 2017; Neves et al., 2018). Muito continua ainda por fazer.

Os dois objetivos principais do atual projeto de investigação são (i) analisar as novas dimensões do quotidiano das organizações, em particular os equipamentos culturais, projetos e trajetórias de vida, e confrontar a sua diversidade em termos de missões, objetivos, expectativas, aspirações, temporalidades, territórios onde operam e resultados; (ii) descrever até que ponto, em que medida e com que consequências as atuais missões das organizações, dos equipamentos culturais, projetos e práticas que os indivíduos promovem se alimentam, impulsionam e influenciam umas às outras.

Procura-se compreender e discutir, de uma forma breve, as políticas públicas para a cultura, fazendo uso de "teorias de médio alcance" (Merton, 1957). Estas permitem estar próximo dos dados que servem de guia à nova pesquisa empírica e ajudam a compreender as minuciosas descrições de pormenor que não estão ainda generalizadas. Encontra-se assim espaço para analisar a complexidade, as contradições, as ambiguidades e as consequências da mudança nos três streams que afetam a relação da cultura com a sociedade e explicam a atual "viragem para a participação dos cidadãos": as questões tecnológicas, sociais e políticas.

Considera-se que uma reflexão em torno da participação da população, das políticas públicas governamentais na área da cultura e as suas implicações conjuntas é cada vez mais relevante para recentrar a análise da mudança social, no contexto de um entendimento mais geral da sociedade, e ampliando as teorias e os resultados antecedentes, produzidos por um conjunto de investigadores portugueses e estrangeiros.

Para o fazer, será utilizada uma (breve) tripla aproximação analítica:

(i) aos principais paradigmas - que coexistem e são cumulativos - das políticas públicas para a cultura na Europa e em Portugal, e as formas como estas foram discutindo o desenvolvimento de públicos: do seu acesso generalizado à participação dos cidadãos;

(ii) aos programas e fundos de apoio (europeus) para a requalificação de equipamentos e estruturas culturais, nomeadamente, o POC e o QREN, e, mais recentemente, os EEA Grants. Deve ser ainda feita uma breve análise do primeiro orçamento participativo nacional cujo maior número de projetos apoiados se destina à área da cultura;

(iii) às políticas públicas como espaço para discutir o empoderamento dos cidadãos e a vocação social das artes.

DESAFIOS DA JUSTIÇA EM TEMPOS DE CRISE. POLÍTICAS DE AUSTERIDADE, DIREITOS SOCIAIS E O PAPEL DOS TRIBUNAIS

Maria Eduarda Gonçalves [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Resumo

Os anos recentes de crise financeira e económica vividos em Portugal como noutros países evidenciaram como a força normativa de direitos fundamentais pode ser estrangida por opções de governação guiadas por critérios predominantemente económico-financeiros. Se, nas circunstâncias, a erosão da autonomia do governo para definir as suas políticas económica, financeira ou orçamental aparece fundada nas transferências de soberania inerentes à pertença à UE ou em acordos consentidos pelo poder político (como o Memorando de entendimento sobre as condicionalidades da política económica, 2011), já as medidas que afectam direitos fundamentais devem ser confrontadas com o quadro constitucional. Ao Tribunal Constitucional (TC) e em última análise ao sistema de justiça compete, neste quadro, um papel determinante.

Os direitos fundamentais não existem sem os tribunais. No contexto referido, ainda que com hesitações, o TC português travou ou limitou os efeitos de algumas medidas governamentais restritivas daqueles direitos. Todavia a intervenção do TC ficou confinada à apreciação de direitos, como o direito dos funcionários públicos à retribuição pelo trabalho e o direito à segurança social (pensão de reforma ou aposentação), que se materializam numa base contratual ou em obrigações específicas de prestação do Estado. Ora, as medidas de austeridade e as reduções do investimento público afectaram o exercício de direitos fundamentais

como os direitos à educação, à saúde e à habitação em moldes que poderão configurar desrespeito das obrigações constitucionais do Estado, tendo ficado patentes as limitações da mesma jurisprudência quando estão em causa direitos que ainda que fundamentais não se traduzem em obrigações de prestação imediata pelo Estado.

Na realidade, a teoria dos direitos fundamentais continua em geral a considerar os direitos económicos, sociais e culturais como de natureza programática, dependentes de decisões de política pública "sob reserva do possível" e não judiciáveis enquanto tais. Mas, terá de ser forçosamente assim? Exemplos há, com efeito, de tribunais como os da África do Sul (ou da Finlândia) que têm reconhecido a sua autoridade para apreciar se o governo cumpre as suas obrigações constitucionais de realização de direitos sociais avaliando a razoabilidade ("reasonableness") das políticas e medidas adoptadas à luz das circunstâncias e meios disponíveis e requerendo justificação clara e transparente das medidas restritivas se comparadas com medidas suscetíveis de permitir alcançar os mesmos objetivos de modo menos gravoso para os direitos fundamentais. Tendências como estas são, inspiradoras não só da ação do legislador e do julgador, mas também da possível mobilização dos direitos sociais fundamentais pelos próprios cidadãos.

FINANCIALISATION AND THE IMPACT OF CRISES ON HOUSEHOLDS IN FIVE EUROPEAN COUNTRIES

Sérgio Lagoa [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Resumo

Financialisation means that households are more indebted than ever and more involved with financial markets, thus becoming further exposed to economic volatility. The goal of this paper is to assess how financialisation affected households during the 2010-2014 financial crisis in five representative European countries (Germany, Poland, Portugal, Sweden, and the UK), making use of household-level data. The results show that higher debt levels make the impact of the crisis worse, especially for the households that have personal loans. Households with higher financial literacy are more protected from the effects of debt, while savings are an important way of buffering the crisis impact. The evolution of house prices proves to be an important channel through which financialisation impacts households. We complement the analysis by studying households well-being. As expected, savings and debt are less significant for well-being, but financialisation still affects this indicator. Our results call for changes in households' attitudes and in public policies.

The growth in the financial system in the 1990s and 2000s is explained by the deregulation of financial markets,

emergence of new financial products and institutions (related with insurance and collateralised debt obligations), and technological transformations that eased credit and retail investment banking. Those developments led to the subprime crisis and have raised growing concerns about market economies future evolution. Some authors refer that a key driver of transformations is the financialisation of the economy, which according to one of the most used definitions is "the increasing importance of financial markets, financial motives, financial institutions, and financial elites in the operations of the economy and its governing institutions" (Epstein, 2005).

Some approaches see financialisation as a new regime of accumulation or focus on its impact on corporations, but another body of works has stressed its impact on everyday life (Zwan, 2014), notably on the reduction of the Welfare State, on the deterioration of wages and work conditions, on growing household credit, on the increasing demand of financial products by households to get a better return or protect against risks, and finally on the larger volatility created by markets on families lives.

The goal of this paper is to assess how financialisation affected households during the 2010-2014 financial crisis in five representative European countries (Germany, Poland, Portugal, Sweden, and the UK). This is done by using a micro survey realised for the analysis of the relationship between finance and well-being in the FESSUD (Financialisation, Economy, Society and Sustainable Development) project. The period of analysis has the advantage of including the impact of the subprime crisis and the European sovereign debt crisis, and we refer to the complete time span as the crisis period or, in short, the crisis.

A strong point of this paper is the use of household-level data instead of aggregate country data, as the latter type of data makes difficult to assess the impact of financial factors on households (Santos et al., 2017) and does not fully capture the varieties of indebtedness (Gunten and Navot, 2018). In addition, micro data allow to capture the effect of financialisation on the groups affected particularly by the crisis in a given country.

Another contribution to the literature is the use of several indicators of financialisation, and not only debt, as well as the analysis of the impact of the crisis in several household dimensions, including wellbeing. Moreover, the data include five economies representing the diversity in European capitalisms' institutional features.

THE FINANCE-GROWTH NEXUS IN THE AGE OF FINANCIALISATION: AN EMPIRICAL REASSESSMENT FOR THE EUROPEAN UNION COUNTRIES

Ricardo Barradas [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Resumo

During recent years and particularly until the Great Recession, the financial system suffered a process of strong liberalisation and deregulation as a means to restrain financial repression, to support financial development and to achieve a higher level of economic growth (Ricardo Barradas, 2016). As a consequence, the realm of finance has gained a huge preponderance since the mid-1980s giving rise to an excessive financial deepening with deleterious effects on the real economy (Peter L. Rousseau and Paul Wachtel, 2011; Adolfo Barajas, Ralph Chami and Seyed R. Yousefi, 2013; Era Dabla-Norris and Narapong Srivisal, 2013). This phenomenon, typically called financialisation, points to a negative view of finance, which seems to contradict the well-entrenched hypothesis on the finance-growth nexus (James B. Ang, 2008; Petra Valickova, Tomas Havranek and Roman Horvath, 2014; Phillip Arestis, Georgios Chortareas and Georgios Magkonis, 2015).

Accordingly, some empirical studies, for a large variety of countries and/or time periods, have emerged in recent years to assess the validity of the finance-growth nexus hypothesis in the age of financialisation. Most of these empirical studies find a weakening in the positive association between finance and economic growth or even a negative association between them (Felix Rioja and Neven Valev, 2004a and 2004b; Philippe Aghion, Peter Howitt and David Mayer-Foulkes, 2005; Ayhan Kose et al., 2006; Eswar S. Prasad, Raghuram G. Rajan and Arvind Subramanian, 2007; Rousseau and Wachtel, 2011; Stephen G. Cecchetti and Enisse Kharroubi, 2012; Barajas, Chami and Yousefi, 2013; Dabla-Norris and Srivisal, 2013; Thorsten Beck, Hans Degryse and Christiane Kneer, 2014; Max Breitenlechner, Martin Gächter and Friedrich Sindermann, 2015; Kizito U. Ehigiamusoe and Hooi H. Lean, 2017; Constantinos Alexiou, Sofoklis Vogiazas and Joseph G. Nellis, 2018).

This paper examines the impact of finance on economic growth in the European Union (EU) countries between 1990 and 2016 through a panel data econometric analysis, which extends the existing literature in at least seven different directions. Firstly, this paper is centred on EU countries, for which the empirical evidence is relatively scarce and exhibits mixed results (Alexiou, Vogiazas and Nellis, 2018). EU countries represent an interesting case study, namely because they have witnessed a strong growth of the financial system in recent years that have not led to a comparable path of economic growth. Secondly, the paper conducts a panel data econometric analysis, in a context where the empirical literature has been dominated by cross-country

works probably due to the lack of available time series data (Ang, 2008). Panel data econometric analysis tends to be more advantageous than pure time series and/or pure cross-country analyses by offering the opportunity to work simultaneously with several countries over several years. This improves the accuracy and the reliability of the produced results due to the possibility of working with larger samples (Badi H. Baltagi, 2005; Chris Brooks, 2009). Thirdly, this paper assesses the impact of finance on economic growth both in the pre-crisis period and in the crisis and post-crisis periods, respectively. This is important taking into account the general recognition that the relationship between finance and economic growth is extremely complex and not stable over time (Anna Grochowska et al., 2014). Nonetheless, the majority of empirical studies on the finance-growth nexus only focus on the period until the Great Recession. Breitenlechner, Gächter and Sindermann (2015), Dilek Durusu-Ciftci, M. Serdar Ispir and Hakan Yetkiner (2017), Ehigiamusoe and Lean (2017) and Alexiou, Vogiazas and Nellis (2018) are the only exceptions, but they do not analyse this issue for the EU countries. Fourthly, the paper examines the relationship between finance and economic growth by estimating both linear and non-linear growth models, in a context where the latter have been quite neglected in the empirical literature. Cecchetti and Kharroubi (2012), Barajas, Chami and Yousefi (2013), Dabla-Norris and Srivisal (2013) and Beck, Degryse and Kneer (2014) are some exceptions and confirm that finance exerts an inverted U-shaped impact on economic growth. Fifthly, this paper uses an estimator that takes into account the potential endogeneity between finance and economic growth. This is quite relevant given the potential bi-directionality between finance and economic growth (Ang, 2008; Alexiou, Vogiazas and Nellis, 2018). Sixthly, the paper uses different proxies for finance, which allows to offer a complete picture on the role of finance on economic growth and to capture different dimensions of finance (Beck, Degryse and Kneer, 2014; Breitenlechner, Gächter and Sindermann, 2015). Seventhly, our growth models incorporate other important control variables in order to prevent the problem of omitted relevant variables that would imply the production of inconsistent and biased estimates (Jeffrey M. Wooldridge, 2003; Michael Kutner et al., 2005; Brooks, 2009).

Against this backdrop, our growth models are estimated using seven different proxies to capture the role of finance (money supply, domestic credit, financial value added, short-term interest rate, long-term interest rate, stock market volume traded and stock market capitalisation) and five control variables (the lagged growth rate of the real per capita gross domestic product, the inflation rate, the general government consumption, the degree of trade openness and the education level of the population). We use the least-squares dummy variables bias-corrected (LSDVBC) estimator to produce our results due to the existence of a dynamic panel data model, an unbalanced panel, a macro panel and a potential reverse causation between finance and economic growth.

The paper corroborates confirms that the lagged growth rate of the real per capita gross domestic product and trade

openness are positive determinants of economic growth in the EU countries, whilst the inflation rate and general government consumption are negative determinants. The paper finds that finance impairs economic growth in the EU countries, both in the pre-crisis and in the crisis and post-crisis periods, thus not supporting the finance-growth nexus hypothesis. It is also concluded that the spectacular growth of domestic credit and of financial value added favoured a drop in economic growth in EU countries since 1990 and particularly in the years leading up to the Great Recession. The paper also does not confirm the existence of a non-linear relationship between finance and economic growth in the EU countries, which seems to rule out the possibility of finance having an inverted U-shaped effect on economic growth in the EU countries.

Our results suggest that it is necessary to reduce the importance of finance in the coming years, i.e. to engage in a de-financialisation process, in order to sustain a higher level of economic growth in the EU countries. Otherwise, the hypothesis of a new 'secular stagnation' in the current age of financialisation may become real.

O IMPACTO DOS SUBSÍDIOS ÀS EMPRESAS EM PORTUGAL

Ricardo Paes Mamede [†]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Resumo

Nesta comunicação apresentam-se os principais resultados de um projecto de investigação recentemente concluído sobre o impacto dos sistemas de incentivos financiados pela Política da Coesão da UE em Portugal (SI QREN) sobre o desempenho das empresas portuguesas.

O estudo analisou perto de três mil empresas apoiadas pelos SI QREN entre 2008 e 2013, comparando o seu desempenho nas variáveis relevantes com grupos de controlo construídos a partir de um universo composto por mais de 400 mil empresas em cada ano. A construção dos grupos de controlo baseou-se em métodos estatísticos de análise contrafactual, que permitiram obter distribuições das características relevantes que são semelhantes para as amostras de empresas apoiadas e não apoiadas. Os valores estimados para o desempenho das empresas pertencentes ao grupo de controlo foram posteriormente ajustados através de métodos de regressão, de modo a eliminar eventuais enviesamentos remanescentes. Desta forma, é possível atribuir, com um nível satisfatório de confiança, os resultados obtidos ao efeito das políticas sob análise.

O impacto dos SI QREN é avaliado tendo em conta 51 variáveis de desempenho empresarial, organizadas em 11 dimensões: investimento, crescimento, situação financeira, qualificações dos recursos humanos, inovação, internacionalização, competitividade, ecoeficiência, igualdade de género, qualidade do emprego e distribuição de rendimentos no seio das empresas. Para tal, o estudo recorreu a várias fontes de dados com informação ao nível

da empresa, disponibilizadas à equipa de avaliação através do INE, de modo a preservar o segredo estatístico.

Os dados disponíveis revelam que, em média, as empresas apoiadas pelos SI QREN têm características distintas das não apoiadas antes ainda de o apoio ter tido lugar. Em particular, os SI QREN tendem a privilegiar empresas com práticas de negócios mais sofisticadas e financeiramente robustas. Para estimar os impactos dos SI QREN torna-se assim necessário isolar os efeitos dos apoios públicos face a outros factores determinantes do desempenho das empresas, o que é feito neste estudo com recurso a métodos estatísticos de avaliação contrafactual.

Os resultados obtidos sugerem que os SI QREN têm um impacto positivo sobre o desempenho empresarial nos seguintes domínios: investimento, crescimento, qualificação dos recursos humanos, inovação e internacionalização. Não foram identificados impactos sistemáticos relevantes na situação financeira das empresas, nos rácios de rentabilidade, nem na ecoeficiência. Embora se registe um aumento do volume de trabalhadores com contractos sem termo nas empresas apoiadas, aumenta também a incidência de contractos atípicos. Os resultados sugerem que os apoios conduzem a um aumento dos ganhos médios dos trabalhadores e a um aumento do peso dos administradores no total das remunerações. Para alguns instrumentos de política específicos e para vários subgrupos de empresas detectam-se impactos positivos na promoção da igualdade de género.

Vários dos resultados obtidos revelam que os impactos dos SI QREN tendem a ser mais expressivos junto de empresas que têm maiores dificuldades no acesso a financiamento. Em particular, os SI QREN são mais eficazes na produção de resultados por cada euro de fundos públicos quando apoiam empresas que não são abrangidas por outros instrumentos de política de competitividade empresarial (como as linhas de crédito bonificado ou o estatuto PME Líder).

A análise por conjuntos de empresas com características específicas indica que nenhum grupo revela uma vantagem ou uma desvantagem relativas de custo-eficácia para todas as variáveis de resultado. Isto sugere que os SI QREN no seu conjunto desempenham um papel relevante na prossecução de diferentes objectivos para diferentes tipos de empresa.

Finalmente, a comparação entre empresas apoiadas que beneficiaram de diferentes níveis de intensidade de incentivo sugere que intensidades relativamente reduzidas conduzem a resultados mais favoráveis em termos de custo-eficácia para a generalidade das variáveis de resultado.

FINANCIALISATION AND WORK

Helena Lopes [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Resumo

This communication examines the effects of financialisation on work in firms. There is now a significant body of literature that analytically scrutinizes and empirically investigates the effects of financialisation on labour market and macro-level employment outcomes. But the relationship between financialisation and work, though being documented in compelling in-depth studies (Cushen, 2013; Alvehus and Spicer, 2012; Ezzamel et al, 2008), remains under-specified. Since it is firms that determine the division, design, assessment and management of paid work, the firm is the inevitable mediator between finance and work, which implies carrying out an analysis at the firm level. Our first argument is that a specific financialisation process has been transforming firms since the 1980s, a process that has profound, far-ranging impacts on work and the workers.

The main aim of the communication is to enhance the understanding of the distinctive impact financialisation exerts on work, following Favereau (2016)'s analysis. This requires isolating the impact of financialisation from that of other macro-level trends such as globalization or evolution in information technology, which demands identifying i) the specific channels through which financialisation affects and shapes work management practices, at the firm level, and ii) the effects of such practices on work content and control, at the individual worker level.

We primarily focus on the evolution of the activity of work itself, thus diverging from and complementing existing studies that concentrate on the effects of financialisation on headcount reduction, work restructuring, job insecurity or earnings polarisation (see Cushen, 2013 for references). Our second argument is that financialisation powerfully contributes to the diffusion of "government by numbers" practices (Supiot, 2015), practices associated to the overvaluation of financial activity and the quantification, devaluation and dehumanization of human work.

Our presentation is organized as follows. We begin by examining how financialisation influences firm governance and the specific channels and transmission mechanisms through which it affects work. We show that financialisation at the firm level is theoretically grounded on and normatively justified by the agency theory of the firm. We also show that the major transmission channel is the need to report about the financial situation of the firm. We then address the two key features of work - namely, its meaningfulness and its collective character, features discarded in mainstream economics - that are most affected by the individualization and quantification process work is subjected to within a finance-led regime. Finally, we outline some of the institutional reforms needed to reverse current trends.

AGE, AGING AND WORK: CROSS-PERSPECTIVES ON RESEARCH AND INTERVENTION

Sara Ramos [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Inês C. Sousa [+]
BRU-IUL | ISCTE-IUL

Resumo

Worldwide, populations are aging, as a combination of declining fertility and mortality rates. According to the United Nations (2017), the global population aged 60 years or over totaled 961 million people in 2017, and projections estimate the number of older people to reach nearly 2.1 billion by 2050. Projections also indicate that the number of people aged 80 or over will increase from 137 million in 2017 to 425 million in 2050 (United Nations, 2017).

Demographic aging is a major challenge to which developed societies should respond: slower economic growth, poverty among the elderly, unsustainable pension systems, unequal distribution of saving and purchasing power, threats to the system of intergenerational reciprocity, and health problems and increased costs with health care systems (Chand & Tung, 2014; Kulik, Ryan, Harper, & George, 2014; Nagarajan, Teixeira, & Silva, 2016). In 2015, the demographic old-age dependency ratio was 12,6% at the global level and 26,4% in Europe, and it is projected to rise sharply in the next decades, reaching 30,5% worldwide and 49,4% in the European continent, in 2070 (European Commission, 2017).

Also, an aging population, combined with changes in labor force participation (e.g., rising levels of education, late entry of younger generations in the labor market, increasing female labor force participation, volatile macroeconomic conditions), reflects in labor and skills shortages (Chand & Tung, 2014; DeLong, 2004). The exit of older workers to retirement – and sometimes to early retirement – implies the loss of valuable knowledge and skills (DeLong, 2004). At the same time, due to the low fertility rates, the number of younger workers entering the labor force is not sufficient to replace those leaving the workforce. In the European Union, the working age population renewal ratio was below 100 in 2013, with 97 people aged 20 to 29 years per 100 people aged 55-64 years old (Statistics Portugal, 2015). According to Statistics Portugal (2015), Portugal is the third country in the EU-28 with the lowest working age population renewal ratio (86 people aged 20-29 years per 100 people aged 55-64 years old). In fact, since 2010 that, in Portugal, the number of older workers potentially leaving the labor market (55-64 years) is not compensated by the number of younger people potentially entering the labor market (20-29 years) (Statistics Portugal, 2015). Also, due to the growing participation of older workers in the workforce, some of them even working beyond the legal retirement age in different

work arrangements (e.g., flexible or part-time work), the workforce is also becoming more age diverse.

Thus, an aging workforce is a great challenge for societies, policy-makers, employers and managers. The EU has produced a number of initiatives in this area, as the Good Practice Guide concerning the pension and social support systems (Walker, 1999); the Stockholm Goals aimed to increase the employment rate of workers between 55 and 64 years across Europe; the European Year of Active Ageing in 2012, which had a very concrete impact on the redefinition of social policies and laws (such as postponing the legal retirement age or discouraging people to ask for early retirement). The OECD slogan “Live Longer, Work Longer” is reinforcing the public policies to retain older workers. But this is not a simple solution, since that extending individuals' careers requires a deep questioning and an appropriate intervention on working conditions and exposure to certain risk factors over the career, the adaptation of work to the health status of individuals, considering the different needs of older workers (Truxillo et al., 2012), and an investment in upgrading skills and access to lifelong learning (Vendramin et al., 2012).

Despite the increasing attention to demographic phenomena and its trends, the study of the relationship between age and work has remained with little impact on what actually happens in the labor market and within organizations. The workforce aging and shrinking prompt organizations to compete in the attraction and recruitment of younger workers, entail the need to retain older workers and demand an age diversity management strategy focused on sustainable careers (Burke & Ng, 2006; Ramos, 2015; Walker, 2005). We propose three axes of action for researching aging at work.

Research axis 1 – This first axis, focused on a macro level approach, aims to contribute for an efficient monitoring of working conditions and health of the Portuguese workforce. The AGE study (Ramos, 2017), conducted in a partnership with the National Authority for Working Conditions, conciliates research and intervention

THE PROCESS OF RECOVERY AFTER HYPE AND DISAPPOINTMENT

Margarida Fontes [+]
LNEG | DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Nuno Bento [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Resumo

This paper addresses the influence of policy in system recovery, after a cycle of hype and disappointment. The processes that lead to hype and disappointment and their impacts on the trajectory of emerging technologies have been studied, both by the sociology of expectations and the socio-technical transition literatures (Van Lente et al, 2013; Bakker et al, 2012; Geels and Raven, 2007). Research that investigated the conditions that lead to recovery after disappointment found that continuity of policy support was a critical factor (Ruef and Markard, 2010; Melton et al, 2016). But support may not always be maintained, since policy actors can also be affected by disappointment and stop regarding the technology as contributing to social and economic goals. This can be damaging for the emerging system, since it simultaneously reduces the resources provided, and the legitimacy towards other actors (Kivimaa and Kern, 2016; Konrad et al, 2012).

However, both the implications of disappointment at policy level and the conditions for recovery of policy support are not well understood. This is a significant gap, since it is our contention that when policy support is lost, its restoration is a critical step to recovery. Thus the goal of this paper is to understand how policy support can be regained and how this process can equally induce system recovery.

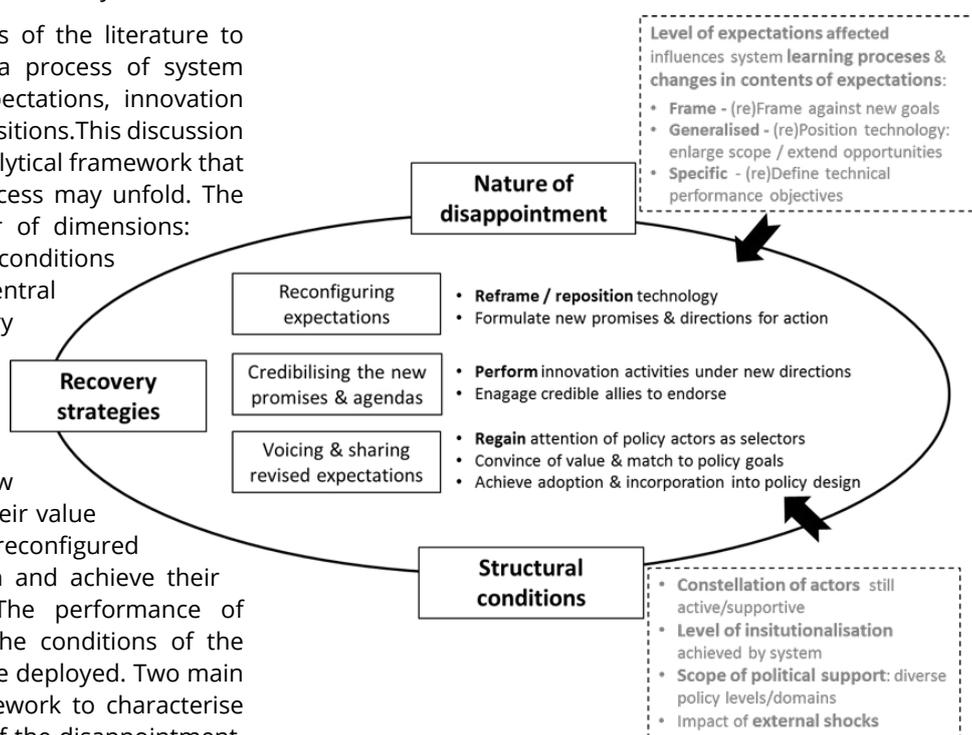
The paper draws on several streams of the literature to discuss the factors that can drive a process of system recovery, including sociology of expectations, innovation policy studies and socio-technical transitions. This discussion supported the development of an analytical framework that permits to investigate how such process may unfold. The framework puts together a number of dimensions: nature of disappointment, structural conditions and recovery strategies (Figure 1). Central to the framework are the "recovery strategies", three interdependent strategic actions that need to be performed to restore policy support and induce recovery - reconfigure expectations, credibilise the new promises and agendas to increase their value to policy makers, communicate the reconfigured expectations to gain policy attention and achieve their incorporation in policy agendas. The performance of these strategies is constrained by the conditions of the specific environment in which they are deployed. Two main dimensions are defined in the framework to characterise the environment. One is the nature of the disappointment,

which both affects the behaviour of policy makers and determines the type of changes needed in the contents of expectations. The other, structural conditions, concerns the situation of the system after disappointment sets in, which affects the capacity of system actors to conduct the required recovery actions.

Figure 1 – Analytical framework

This framework was applied to the case of the system being built around marine renewable energy technologies in Portugal, which represents an exemplary case of hype followed by deep disappointment that also affected the government, entailing a withdrawal of policy support (Fontes et al, 2016; Fontes et al, 2017). Recent developments, such as the formulation of new policies and some increase in innovation activity, make this case a relevant setting to understand how recovery can be achieved.

The research adopted a historical perspective and used interpretative methods to examine: i) the processes conducted by surviving system actors to address the effects of disappointment and policy withdrawal- e.g. the reconfiguration of expectations, the communication of the new promises and the development of innovation activities under the new directions - with particular emphasis on the actions aiming at restoring policy attention; ii) the responses of policy actors, as reflected in their policy decisions; iii) the impact of the actions conducted at both system and policy level on the attitudes of other external actors towards the emerging system, and the influence on these combined effects on system recovery, in terms of new policy formulation and increased innovation activity. The analysis at policy level was based on policy documents and interviews. The analysis at system level drew on a broad set of data: primary sources (interviews with system actors); data on documented actions conducted by system actors,



or other actors temporarily associated with it.

The empirical research permitted to investigate in detail the way the strategic actions were performed, the interrelations between them and the influence of the constraining factors. It provided evidence on the presence, interdependence and relevance of the recovery strategies proposed, showing that the specific ways in which they are deployed are contingent on the contextual conditions. It also provided insights on the processes through which they induce system recovery, by highlighting the dynamic nature and effects of the interplay between system actors' expectations work, policy makers' decisions and external actors' responses.

This research permitted to demonstrate the capacity of the literature-informed framework to elucidate the processes underway in recovery after disappointment, when policy support was lost. As a result, the paper offers an analytical instrument that advances in the explanation of the recovery process and can guide the efforts to be conducted towards that goal. Overall, the paper contributes to a better understanding of the development trajectories of new technologies, and particularly to fill a gap in the literature concerning the comprehension of a critical but less understood moment of these trajectories: system recovery after hype and disappointment.

CREATING LEGITIMACY FOR CLIMATE ACCOUNTING IN BUSINESS: DETERMINANTS OF INTERNAL CARBON PRICING

Nuno Bento [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Gianfranco Gianfrate [+]
Harvard University

Resumo

Companies are increasingly concerned with climate change in a context of rising public awareness and of an emerging global climate governance. The legitimacy theory posits that companies use communication strategies, such as social and environmental reporting, to maintain and gain societal acceptance and influence perceptions (Welbeck et al, 2017; Unerman and Chapman, 2014; Deegan, 2002; Lindblom, 1993; Dowling and Pfeffer, 1975). Companies with low environmental performances, in particular, tend to implement larger compensation measures and disclose more environmental information to counteract potentially higher pressure from the socio-political context (Cho and Patten, 2007; Darrell and Schwartz, 1997). Following the legitimacy strategies that have been reported in the literature (e.g., Lindblom, 1993; Suchman, 1995; O'Dwyer et al., 2011), corporate climate strategies can serve as a response to conform to changes in public expectations or as an action to create new audiences and to influence societal

beliefs around new practices.

Stakeholder groups comprising consumers, shareholders, experts and media have expressed concerns about climate change lately (Haque et al., 2016; Kolk and Pinkse, 2007). The attention has increased with the recent evidences about the accelerating impacts of climate change (e.g. Koldstad et al., 2014), and the potential consequences for business in terms of revenues, performances and valuation (Bianchini and Gianfrate, 2018; WBCSD, 2015). Regulatory pressures are also building with namely central bank chiefs asking for more transparency on corporate reporting of climate risks. Equity markets, along with financial regulators, are increasingly calling companies to disclose the effects of climate change in order to show their exposure to global warming risks (Bianchini and Gianfrate, 2018). However, more than simple input or output performance measures like energy consumption or GHG emissions, the relevant stakeholders need more information about the governance practices including the policies and procedures that companies implement to manage climate change aspects of their operational activities (Haque et al., 2016).

In terms of climate mitigation in business, new practices include commensuration, i.e. turning qualitative information into a quantitative measure, and the institutionalization of emerging metrics to reduce corporate greenhouse gas (GHG) emissions (Kolk et al., 2008). Internal carbon pricing is a voluntary method for companies to internalize the social cost of their GHG emissions, even when all or part of their operations are out of the scope of external carbon regulations (WBCSD, 2015). Therefore it is important to exploit the co-creation of legitimacy for the company and for the new practices which are likely to shape the business environment in the next decades.

Companies adopt internal carbon prices in various settings and for multiple reasons (I4CE, 2016; CDP, 2016). First, the internal pricing of carbon is used for risk management purposes: as companies are increasingly exposed to regulatory and financial risks attached to the implementation of governmental carbon pricing regimes, they seek to measure, model, and manage such risks. Second, internally defined prices of carbon are featured in strategic planning activities as carbon price is an important input in the definition of the long term business model, including the identification of new strategic risks and opportunities. Third, internal carbon prices can be factored into the decisions about capital investments in relation to projects involving increases in GHG emissions, changes in the portfolio of energy sources, and reductions in emissions via energy efficiency schemes. Hence they enter as an input into scenario planning, forecasting, sensitivity analyses, and net present values estimations (WBCSD, 2015). They also allow investors to assess the extent to which companies' activities (especially from high polluting sectors) are vulnerable to increasing carbon costs. In addition to these arguments, internal carbon pricing may serve to influence how the government designs future policy and grant the company a strategic advantage. For example, it may signal to the government the momentum for the implementation of a more stringent climate policy or alternatively the no need of

further regulatory action (“greenwashing”).

Therefore, the paper addresses the following research questions: What drives the decision of companies to price carbon internally? What determines the set level of internal carbon prices? To what extent the adoption of internal carbon prices is associated to an actual reduction of carbon emissions? To answer the questions, we analyze the Carbon Disclosure Project—CDPreports (CDP, 2015, 2016, 2017a) containing information on the climate strategies of over a thousand global companies, among which more than a hundred disclosed their internal carbon price. Even though prices in CDP are self-reported and unaudited, large companies are compelled by stakeholders to reveal information under a reputational threat (Olivier, 2018). So far to our knowledge no study has investigated the factors underpinning the internal adoption of higher or lower carbon prices, which could shed light on the way firms manage the transition to a low-carbon economy and the needs to maintain and gain social acceptance.

HYBRIDITY IN A PORTUGUESE COLONIAL SETTLEMENT IN INDIA

Nuno Grancho [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Resumo

This paper discusses architectural and urban history in the context of colonial portuguese India addressing the example of Diu, a former colonial city in India.

Portuguese colonial settlements in India, with the exception of disappeared Old Goa and Diu were characterized by the existence of the fortress, inhabited by Europeans, the Catholic settlement, inhabited by European and native Catholics. At a distance, stood the settlement inhabited by non-Christians. This did not happen in Diu. The non-Christian settlement was under colonial rule.

According to this, I will look at Diu, an architectural and urban example of hybridity on a contact zone. My discussion is situated within the discussions of ‘hybridity’ and is based on the postcolonial studies conclusion that Asia’s present spatial thought and practice continues to be dominated by the colonial experience and that one of the sources of identity in Asian architecture and urban space is its colonial past.

DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE: CRONOLOGIAS DE UM PROJETO DE ARTE PÚBLICA NO LOUSAL

Maria Assunção Gato [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Pedro Costa [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Resumo

A aldeia mineira do Lousal, localizada no concelho de Grândola, deve a sua origem à abertura da mina para a extração de pirite no final do século XIX, tendo-se mantido em laboração até 1988. Com o encerramento da mina do Lousal, a aldeia não perderia só a única fonte de rendimento económico que sustentava toda a população. Perderia também uma perspetiva de futuro. Para uma comunidade maioritariamente nascida e criada no Lousal e que nunca conheceu outra vida, a mina era a “prisão” de um trabalho violento e mal pago. Mas era simultaneamente, o grande centro orientador das suas vidas e das suas casas, bem como a grande base de suporte para as complexas teias de relações sociais e de solidariedade que caracterizavam o Lousal.

Com o encerramento da mina, muitos ex-trabalhadores continuaram a habitar no Lousal, reféns de um passado e de uma condição económica que não lhes daria grande abertura para outras opções. As casas - cedidas aos trabalhadores pela empresa exploradora - foram sendo compradas pelos ex-trabalhadores e suas famílias diretas a preços simbólicos e melhoradas à medida das possibilidades de cada um. No entanto, mantêm-se não só fieis ao monótono traçado de exiguidade e pobreza que caracteriza as aldeias mineiras, de uma forma geral, como também às hierarquias sociais e profissionais subjacentes às logicas funcionais deste território, em particular.

Em 1996, a Câmara Municipal de Grândola e a Fundação Frédéric Velge dão início a um Projeto de revalorização da aldeia mineira do Lousal - ReLousal - recuperando um número significativo de edifícios do complexo mineiro, no sentido de aproveitar as potencialidades turísticas e museológicas dos mesmos. Passados cerca de 20 anos, pode-se dizer que o dinamismo subjacente a esse projeto ficou muito aquém das expectativas aguardadas pelos residentes do Lousal.

Este é o contexto sociocultural e territorial que serve de suporte a um projeto de co-produção artística desenvolvido durante o ano de 2018 com a comunidade e para a comunidade do Lousal. A pretexto do objetivo mais imediato e materializável em peças de arte pública projetadas inteiramente de raiz pela comunidade, foram-se desenvolvendo vários tipos de trocas, conhecimentos e partilhas, tão ou mais importantes do que a obra de arte em si.

Ainda que de forma breve, nesta comunicação pretende-se explorar a dimensão material e imaterial deste projeto de co-produção, de arte pública e conhecimento. Nela se dará conta de todo o processo desenvolvido pelos dois investigadores do DINÂMIA'CET-IUL, no âmbito de uma equipa multidisciplinar alargada, bem como dos resultados provenientes dos cinco workshops de trabalho e discussão com a população local, complementados com a observação participante.

A RELEVÂNCIA DOS AMBIENTES CULTURAIS NOS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA: CONFLITOS NO ACESSO À CIDADE

Ricardo Lopes [✚]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Pedro Costa [✚]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Resumo

Espaços públicos e espaços privados pertencentes à esfera pública (Costa e Lopes, 2015) são por natureza os palcos do quotidiano. Revelando-se arenas privilegiadas de demonstração de poder, culto, comércio, convivialidade e representações sociais (Miles, 1997).

Nos ambientes urbanos encontram-se uma multiplicidade de práticas prestes a transbordar de possibilidades alternativas (Harvey, 2012). Com especial ênfase após o grande crescimento das cidades no pós-guerra que permitiu um aumento significativo das trocas sociais, mobilidade individual e atitudes diversas e contra-cultura (Bourriaud, 2002).

Desde os anos 90, as actividades criativas têm sido alvo de reflexão em diversas áreas disciplinares devido ao seu importante papel na transformação e revitalização das cidades e da sua economia - com diversas áreas abandonadas durante o período pós-industrial um pouco por todo o mundo a serem revitalizadas com esse mote. Contudo a transformação dos territórios através da fixação dos agentes culturais, revela-se nos últimos anos, altamente instrumentalizada, perdendo as características informais e efémeras que marcaram os anos 80 e 90. Caracterizando-se por uma forte estratégia de marketing e valoração económica dos territórios.

Ao nível da pesquisa académica o estudo das dinâmicas criativas tem-se tradicionalmente centrado nos típicos "bairros criativos e boémios", altamente turistificados e gentrificados. Antigos núcleos urbanos transformados em elementos do espectáculo, produtos de consumo para turistas. Conforme previa Lefebvre e Nietzsche, e nos relembra Fortuna, na introdução da edição Portuguesa do livro *O direito à cidade* (2012). Contudo que destino para estes territórios, que tanto se estuda e debate. Se a gentrificação se relevou um processo gradual de nobilitação

dos territórios, em grande parte abandonados durante o processo de periferização das cidades. A recente onda de turistificação e especulação imobiliária tem provocado alterações de forma mais acelerada. A marca "cidade," aliada ao capital simbólico, transformou-se num grande negócio.

"Sub-produto da circulação de mercadorias a circulação humana considerada como um consumo, o turismo, reduz-se fundamentalmente à distração de ir ver o que se tornou banal" (Debord, 1972, pp. 108). Com isto, Debord alerta-nos para realidades com as quais já se deparam cidades como Barcelona, um dos locais com mais turismo do mundo, e, onde começam a existir os maiores índices de insatisfação perante a experiência.

Num debate promovido pela Trienal de Arquitectura (Lisboa, 2016) sobre a turistificação da cidade, Pedro Bingre do Amaral, fala-nos sobre o crescente interesse de grandes grupos económicos no mercado da especulação imobiliária perante a oscilação de investimentos como os da banca ou da bolsa. Dinâmicas contemporâneas que alteram de forma rápida as características sociais, económicas e físicas destes territórios.

Com a entrada de novos agentes económicos com acção directa sobre o território aumenta de forma considerável o "tradicional" fluxo de transformação das cidades. Torna-se assim extremamente pertinente interrogar e discutir o seu futuro. E, de que forma o planeamento pode contribuir para um equilíbrio entre os diferentes interesses socioeconómicos. Este artigo pretende cruzar e pensar as recentes estratégias de resiliência na cidade de Lisboa e perceber como a transformação do "tradicional centro" da cidade tem provocado alterações nos territórios limítrofes.

Interrogamos assim os processos associados ao "acesso" ao território Lisboaeta em três campos: acesso à cidade, acesso aos espaços da esfera pública e acesso à cultura. A cidade de Lisboa tem assistido a transformações aceleradas nas suas dinâmicas. Os seus habitantes vêm-se forçados a procurar outros espaços da cidade e da área metropolitana para se fixarem.

Assim, e, perante um período de grande pressão sobre os "centros históricos" interessa pensar a validade dos instrumentos de planeamento associados às indústrias criativas em contextos periféricos. Retirando pressão de locais que estão sub-lotados, e onde é necessário pensar estratégias de vitalidade e resiliência. E, onde a cultura pode assumir-se como um bom instrumento de reivindicação.

Contudo estratégias de descentralização são extremamente complexas junto dos actores políticos visto que todos querem ter o maior número possível de "acontecimentos" no competitivo jogo do turismo ou do mercado imobiliário. Com isto, e, a partir da discussão dos "antigos centros" partimos para o estudo das periferias e do potencial endógeno que apresentam.

As periferias sofreram um aumento populacional exponencial na segunda metade do século XX, período marcado pelo pós-guerra, processos de descolonização, êxodo rural, industrialização, inovações tecnológicas, etc. Neste período a maioria da população muda-se dos centros,

dos campos, das ex-colónias e de outras geografias, para os novos aglomerados urbanos. Fenómeno que marcará os territórios até à contemporaneidade, com apenas algumas dinâmicas inversas de regresso aos “antigos centros”. Tal como, as indústrias criativas que encontraram nestes locais a centralidade, a identidade e o espaço para o desenvolvimento das suas actividades.

É nas periferias das grandes urbes que se aglomera a maioria da população e com isso grande parte da vida quotidiana. Alguns sectores das indústrias criativas, como o cinema, a fotografia ou a música, afirmam-se, ao longo dos últimos anos, já não a partir dos centros “tradicionais” mas precisamente embebidos nestas novas centralidades periféricas. Aproveitando o manancial de experiências que estes territórios disponibilizam em termos de in-puts criativos e lógicas de co-criação de conhecimento.

Perante a diversidade populacional que se encontra nestes territórios existe inúmeros saberes que se articulados entre a população e os agentes criativos podem trazer resultados artísticos, sociais e económicos para ambas as partes.

Os novos agentes culturais aumentam a massa crítica do ambiente. Revelando-se extremamente importantes na revitalização de identidades e da economia de zonas altamente desprezadas do discurso político nos últimos anos. Contudo devem ser tomadas precauções para que os fenómenos de expulsão que se assiste nas áreas centrais da cidade não se venham a repetir. Colocando em causa os ambientes culturais endógenos e as suas dinâmicas quotidianas.

Com isto, concluímos que este artigo pretende: - partindo da reflexão de casos “centrais” e do seu confronto com espaços “periféricos”, analisar a potencialidade da cultura para revitalizar espaços expectantes das cidades contemporâneas; estratégias de resiliência dos espaços com maior pressão; e, a importância destes processos num contexto de reestruturação económica em que a sua utilidade e função são repensadas.

TRANSPONDO INTERSECÇÕES? A MUDANÇA NOS PARADIGMAS RELACIONAIS NO MUNDO DA ARTE DA FOTOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

Pedro Costa [+]

DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Ricardo Lopes [+]

DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Resumo

Esta comunicação pretende discutir e questionar as possibilidades de uma mudança paradigmática nas lógicas relacionais entre os diferentes actores do “mundo da arte” da fotografia contemporânea (artistas, curadores, instituições, mediadores,...), a partir da investigação feita no âmbito do acompanhamento realizado por uma equipa do DINÂMIA'CET-IUL ao projecto PARALLEL – EUROPEAN PHOTO BASED PLATFORM, o qual visa estabelecer uma plataforma que desenvolva e ligue em rede o trabalho de novos criadores (artistas e curadores) e instituições (galerias, museus, festivais, instituições de ensino) estruturantes deste “art world”. Sendo este um projecto, apoiado pelo programa Europa Criativa, que se baseia na criação de uma plataforma que procura reunir uma diversidade de instituições e agentes criativos europeus, empenhados no estabelecimento de novos padrões na fotografia contemporânea, a partir do desenvolvimento de novas práticas e lógicas de intercâmbio, nos campos da criação, curadoria e exibição, importa analisar os resultados práticos da plataforma à luz dos seus objectivos primordiais e perceber até que ponto ela estabelece ou não algumas possibilidades de mudança estrutural nas relações entre os diversos actores do mundo da arte respectivo. A partir das entrevistas efectuadas aos artistas, curadores e instituições envolvidos no 1º ciclo de actividades da plataforma PARALLEL, são apresentados os resultados obtidos e discutem-se as possibilidades de abertura e diversificação dos paradigmas relacionais na fotografia contemporânea.

CRIATIVA E MARAVILHOSA PRA QUEM? COMO AS CIDADES ESTÃO TRANSFORMANDO A CULTURA EM VALIOSO ATIVO DA EMPRESA URBANA GLOBAL

Simone Amorim [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Resumo

Movimentos de redesenho das cidades na contemporaneidade têm seguido uma tendência de monumentalização urbana desencadeada a partir de aspectos culturais e que nem sempre observa o patrimônio histórico e cultural dos territórios em sua estratégia. O efeito disso é percebido na ruptura da temporalidade dos bens de cultura da cidade e na consequente adoção de um parâmetro em que os tomadores de decisão aderem como o modelo capaz de inserir a cidade no circuito das cidades globais. Aquelas capazes de atrair investidores, gerar desenvolvimento e por conseguinte melhorar as condições de vida de suas populações. Diante desses parâmetros, os planos de reestruturação urbana têm dedicado um espaço ampliado à cultura, mas por outro lado, e por paradoxal que se apresente, têm impactado decisivamente o conjunto de práticas culturais tradicionais de determinados espaços. A metáfora do progresso abrindo caminho para o novo e legando ao tradicional um espaço estático na componente simbólica da cidade nunca esteve tão presente.

A investigação em curso, tem como enfoque central estes e alguns outros aspectos presentes no maior processo de reestruturação urbana que a cidade do Rio de Janeiro já experimentou. Em 2009, tem início o Projeto Porto Maravilha (PPM), que transformou a região portuária, através de um conjunto de iniciativas de recuperação e revitalização da região, especialmente no âmbito do lazer e do turismo, interferindo diretamente nas formas de uso urbano. É desenvolvido em três pilares: revitalização urbana, desenvolvimento imobiliário e econômico social. Este último pilar é implementado através dos programas Porto Maravilha Cultura e Porto 1 Gestora Cultural, Doutora em Políticas Públicas, Investigadora de Pós-doutorado na Linha de Pesquisa "Cidades e Territórios" do Centro de Estudos sobre Mudança Socioeconômica e Territorial DINÂMIA'CET-IUL. xsimoneamorimx@gmail.com Maravilha Cidadão. O primeiro trata de restauro de bens preservados e incentivo às atividades culturais da região, o segundo, ações para a produção de habitação de interesse social, capacitação profissional, inserção no mercado de trabalho etc.

O PPM legou importantes conquistas para a cidade, inclusive no plano das artes e da cultura, mas também operou marcantes omissões à memória de um espaço icônico, que como maior porto mundial de comercialização de escravos da história teve a memória dos negros subalternizada no projeto de monumentalização em curso.

Mundialmente conhecida, a cidade do Rio de Janeiro é um importante destino internacional. Com uma população de cerca de seis milhões e meio de habitantes, é o maior destino turístico internacional no Brasil, na América Latina e em todo o hemisfério Sul, a capital fluminense é a cidade brasileira mais conhecida no exterior, funcionando como uma vitrine do Brasil. É a segunda maior metrópole do país. Parte da cidade foi designada Patrimônio Cultural da Humanidade, sob a epígrafe "Rio de Janeiro: Paisagem Carioca entre a Montanha e o Mar", classificada pela UNESCO em 2016 e a primeira cidade do mundo a receber o título na categoria Paisagem Cultural.

Não nos parece que aspectos como a singularidade estejam sendo considerados no conjunto das ações de intervenção urbana ali realizadas – essa assertiva fica mais evidente quando comparamos o montante de recursos destinado às ações culturais no conjunto do orçamento de toda operação, e mesmo no conjunto dessas, aqueles investidos na preservação da memória e da diversidade das culturas locais e os aplicados na estratégia de monumentalização do espaço como forma de promover a cidade, embora essa tenha sido a principal vitrine da vertente cultural do PPM.

No curso desta investigação, ainda em andamento, buscamos analisar aspectos da instrumentalização dos bens de cultura, para fins que não lhes são intrínsecos, simultaneamente à operação de apagamentos. Questionamos a ideologia consolidada no que se convencionou como cidade criativa, bem como o circuito mercantilista que faz com que as cidades cerquem-se de uma série de atributos, que lhes conferem competitividade, como condição necessária à chancela de cidades globais, aquelas capazes de atrair investidores, gerar desenvolvimento e por conseguinte melhorar as condições de vida de suas populações. Nada nesse circuito escapa à artificialidade de sua cadeia de causalidades.

Nessa linha, compartilhamos a diatribe quanto ao processo de monumentalização da cidade, quase sempre acoplado ao apagamento da temporalidade de seu patrimônio histórico-cultural. Uma prática que fabrica monumentos que já nascem com a 'função' de ressignificar a cidade; o que tentamos descrever como a instrumentalização da cultura na reestruturação urbana contemporânea, ao atribuir-lhe uma incumbência exógena ao campo cultural.

Não nos parece que essa deva ser a uma leitura fatalista do modo como a governança das cidades tem tratado esses enormes desafios que opõem as pessoas e o capital, as cidades e o patrimônio cultural. O campo cultural vive um momento bastante profícuo em todo o mundo e mesmo ali podem ser observadas resistências marcantes aos processos de apagamento em curso.

TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO NO SECTOR DAS INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS: NOTAS COMPARATIVAS DAS REGIÕES DO ESPAÇO ATLÂNTICO

Rodrigo Almeida [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Ana Rita Cruz [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Margarida Perestrelo [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Maria Assunção Gato [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Pedro Costa [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Resumo

No final do século XX as universidades foram confrontadas com uma “terceira missão”: a mobilização e distribuição de conhecimento produzido pela investigação decorrente nestas instituições (Etzkowitz, Webster, Gebhardt, & Terra, 2000; Pinto, 2012). No mesmo contexto temporal, as indústrias culturais e criativas (ICC), o imperativo da inovação e a percepção da relevância do conhecimento na actividade económica tornaram-se marcas da política pública tanto a nível nacional como, com a virada do século, a nível regional e local – impulsionando ideias como as “cidades criativas” (Caves, 2002; Florida, 2003, 2012), a “classe criativa”, entre outros, e criando uma percepção social da necessidade de investir no sector. Apesar das suas muitas diferenças, esta realidade aparece-nos quer em países como o Reino Unido quer em Portugal, em graus e linhas temporais distintas (Boix, Lazzarotti, Capone, Propis, & Sánchez, 2012).

Não obstante as ICC serem actividades intensivas em conhecimento, e serem entendidas como inovadoras, os mecanismos de transferência e valorização de conhecimento (TVC) existentes na maior parte dos países foram desenhados para indústrias que não partilham de muitas especificidades das ICC (Crossick, 2006; Miles & Green, 2008; Zukauskaitė, 2012) – a sua estrutura empresarial e ethos organizativo, os tipos de conhecimento que são utilizados e necessários ao bom funcionamento, ou as motivações, inovações e valor acrescentados – tornando-os menos adequados para estes sectores (HEARN, CUNNINGHAM, & ORDOÑEZ, 2004; Heidemann Lassen, McKelvey, & Ljungberg, 2018; McKelvey & Lassen, 2018).

Este estudo surge precisamente no sentido de explorar de que forma a TVC tem sido entendida institucionalmente e por parte dos actores regionais dentro dos sectores culturais e criativos, e quais os mecanismos que podem ser ensaiados para permitir uma optimização do sector. Esta comunicação está enquadrado no 4H-CREAT, um projecto

transnacional que inclui participantes de cinco países (Reino Unido, Irlanda, França, Portugal e Espanha) e sete regiões do Espaço Atlântico, com o objectivo de promover a inovação e a competitividade nas ICC através da mobilização de perspectivas de diferentes tipos de actores institucionais (indústria, academia, governo e sociedade civil).

Com vista a caracterizarmos os processos de TVC nas ICC começamos por debater como é que o conhecimento pode ser caracterizado nas ICC, bem como quais as diferenças que as demarcam dos restantes sectores, fazendo uma revisão de literatura científica e técnica relativa às ICC e chegando a três linhas de clivagem – a estrutura empresarial e organizativa, nomeadamente o ethos das empresas; o tipo de conhecimento e valor acrescentado produzido; e o padrão de ligação com as universidades. Em seguida, e após uma breve descrição estatística das regiões, procuramos caracterizar as lógicas das políticas públicas inerentes a cada território sob estudo utilizando as anteriores especificidades como uma grelha analítica. Esta análise institucional é, em seguida, complementada com a análise de um subconjunto de perguntas de um inquérito não representativo conduzido a nível transnacional, a respeito das necessidades de conhecimento manifestas pelas empresas. Como resultado destas análises conseguimos aferir que as regiões com maior história de acção no sector se aproximam mais das necessidades reais manifestas pelas empresas, tendo igualmente mais autonomia e melhor capacidade de gestão, sem que com isso se note uma resolução activa de alguns problemas fundamentais como a problemática do empreendedorismo artístico – algo que defendemos apenas se possível através de uma mudança da concepção de valor associado a estes actores.

Finalmente, apresentamos um conjunto de linhas temáticas de intervenção possível: promoção do papel de brokerage das universidades face às ICC, incentivando-as a providenciarem conhecimento relevante para a acção económica das indústrias; promoção das universidades como tendo um papel de actores centrais em redes, e servindo como elementos aglutinadores intra e inter-sectorialmente; e promoção de conhecimento interno às universidades, através do incentivo ao empreendedorismo estudantil, desenvolvimento de spin-offs e adequação dos meios existentes desta natureza às especificidades das ICC. Em cada uma destas propostas apresentamos um conjunto de medidas gerais que merecem maior desenvolvimento futuro, e debatemos de que forma estas se enquadram dentro da linha de acção política das regiões – nomeadamente, quais as que parecem fazer mais sentido em contextos como o português onde a percepção discursiva não parece ir ao encontro das políticas públicas existentes. Em particular, notamos, à luz da caracterização feita das regiões, a necessidade das regiões francesas verem os tecidos empresariais-associativos aproximarem-se das universidades; as regiões ibéricas terem um foco mais concreto em termos de intervenção sectorial; e nas regiões insulares – Irlanda e Escócia – existirem estruturas mais flexíveis de suporte à criação artística, e um reconhecimento ainda mais claro da importância diferencial das artes para a vida social em geral.

Por fim discutimos estas notas criticamente dentro do contexto territorial, apontando as principais limitações, bem como próximos passos, do estudo.

FOSTERING CREATIVE TOURISM DYNAMICS IN PORTUGAL: MONITORING THE IMPLEMENTATION OF CREATIVE TOURISM PILOT INITIATIVES IN SMALL CITIES AND RURAL AREAS

Pedro Costa [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Maria Assunção Gato [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Ana Rita Cruz [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Margarida Perestrelo [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Elisabete Tomaz [+]
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL

Resumo

Drawing upon the implementation of an incubator and multidisciplinary collaborative research initiative – the CREATOUR project – which aims to develop a network of creative tourism initiatives in four Portuguese regions (Norte, Centro, Alentejo and Algarve), the main purpose of this paper is to analyze the dynamics verified in the first stages of development of this network, settled with the implementation of 40 creative tourism pilot initiatives in small cities and rural areas of Portugal. Specifically, this communication aims to present the monitoring results of the pre-implementation and after-implementation stages of these pilot projects, underlining the progress made in between this time frame.

The analysis is based on a strategic analysis of actors (drawing upon the information collected in 40 in-depth interviews which were realized to each of the promoters), which was then treated, compiled and analyzed. These results, complemented with other information collected in the scope of regional and national idea labs developed with these actors, are in addition subject of a structural analysis of social networks, which delivers the mapping of the connections and relations (effective and potential) amongst all the (internal and external) actors referred.

Using a Stakeholder Analysis and, complementarily, a Social Networks Analysis we intend to: (i) represent the relationships between the 40 creative tourism pilot initiatives (intra and interregional) as well as its relationship with other actors in each region; (ii) analyze the expectations of the

actors regarding the relationships that can be established in the future, in the sense of creating a Portuguese Creative Tourism Network; and (iii) present a typology of pilot project initiatives, considering their diversity in terms of types of entities, dominant focus of intervention, and predominant local engagement types, in order to extract policy-making principles for action.

After a brief Introduction, in which the aim of this presentation and the issues in discussion are presented, a second section brings us the context of this work, framing it in the main guidelines of the CREATOUR project. Then, in the third section it is analysed the creative tourism network established with this project and its evolution, and in the fourth section a typological approach is explored, with the presentation of some results of this analysis and the challenges they bring to the network. Finally, in section five three exemplary cases are furthered explored as interesting examples of good practices of collaboration observed in the pilot-projects activity (the thematic association, through a common resource; the exploration of complementarities, within the value chain; and the exploration of cultural/ artistic/creative affinities), and a final conclusion brings us some notes and reflections on the perspectives for the sustainability of the creative tourism network).

PROJETAR A CIDADE: O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO ENTRE IDEOLOGIA E SIGNIFICADOS LOCAIS.

Manuela De Vincenzi [+]
*CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - UNL |
DINÂMIA'CET-IUL | ISCTE-IUL*

Resumo

O tema proposto foca na reprodução de conceitos arquitectónicos, modelos formais em contextos ambientais diferentes, e o uso deste espaço por parte dos habitantes.

Trata-se de uma prática de “importação e exportação” de modelos de urbanismo (Nasr, Volait, 2003) que, como fenómeno global, se tornou mais visível a partir da industrialização das cidades e com os problemas ligados ao alojamento das massas que chegavam aos grandes centros urbanos à procura de emprego e melhores condições de vida. Estes modelos “ideais” de cidade foram pensados, por um lado, como resposta ao problema do alojamento nas grandes cidades, e, por outro, como solução às situações de marginalização e degradação social e ambiental que afligiam as periferias dos grandes centros industriais.

Contudo, apesar dos bons propósitos iniciais, as periferias urbanas de todo o mundo continuam a aumentar e a viver situações de degradação e de isolamento do resto da cidade. Mas, neste contexto, não se trata de indagar o fenómeno do aumento das periferias em si. Trata-se, mais especificamente, de pôr em discussão algumas das ideias mais fortes e emblemáticas da modernidade em relação à

resolução das desigualdades e, em geral, ao melhoramento da qualidade de vida nas cidades.

Neste sentido, vale a pena lembrar que até ao século XIX, quando surgem os estudos de Stübben (1890) e Sitte (1898), não havia uma clara associação entre a arquitetura do edifício e um plano mais alargado para a cidade. A manipulação e utilização do espaço seriam, assim, uma resposta mais ou menos direta a significados, práticas e necessidades dos próprios habitantes. Neste sentido, a “forma” de um assentamento habitacional é uma construção cultural — um mapa mental que apenas os habitantes conseguem ler —, sendo a Forma Urbis, então, um mapa mental partilhado, e não formas físicas “impostas” por entidades ou políticas urbanas que moldam e organizam o espaço e a própria vida dos habitantes (La Cecla, 1993). Com o urbanismo moderno pela primeira vez serão construídas de raiz cidades inteiras ou partes dela, com o propósito de acompanhar e gerir as transformações existentes, afetando também o próprio papel da arquitetura e do arquiteto em relação à sociedade. Neste sentido, o positivismo inerente ao Movimento Moderno levou a várias experiências e correntes que procuravam instaurar uma nova lógica na sociedade, fundando novos conceitos de sociedade e um novo papel para a arquitetura que se torna o veículo de transmissão dos novos valores à sociedade.

Deste complexo fenómeno, serão tomados em consideração dois aspectos: por um lado, a dimensão ideológica do projeto urbano, ou seja, o processo de decisão e os valores que estão por trás da realização física do ambiente; e, por outro, a interpretação e uso que os habitantes fazem dele. O objetivo é tentar responder às perguntas que estão na base deste estudo, como, por exemplo: Existem, no estado atual, modelos ou conceitos de habitar que podem ser considerados universalmente válidos? O que é que torna o mesmo projeto uma obra de referência num determinado contexto e emblema da degradação ambiental e social num outro?

Para responder a estas questões serão apresentados alguns exemplos de modelos urbanos reproduzidos em vários contextos e analisados segundo um esquema de conceção/construção/uso final, com particular atenção aos propósitos iniciais dos projetos e o que realmente foi construído.

De forma particular serão apresentados dois casos que pretendem espelhar dois extremos no contexto da área metropolitana de Lisboa. Ambos (o projeto de “Tróia, cidade-jardim”, primeira cidade de lazer em Portugal, e o da “Zona J”, bairro municipal de realojamento) apresentam a mesma tipologia formal, que foi idealizada pelo mesmo arquiteto, mas com uma destinação de uso e um tipo de população totalmente diferente: no primeiro caso, tratase de um projeto destinado, principalmente, ao turismo para a classe média portuguesa e internacional, situando-se a sul de Lisboa, na península de Tróia; no segundo caso, trata-se de um bairro de iniciativa pública, destinado ao realojamento das pessoas que viviam em barracas ou de baixos rendimentos e situado na parte oriental da cidade de Lisboa.

O aspecto que mais interessa a este trabalho é que a génese do projeto da Zona J é inspirada no modelo de Tróia. Tentou-

se, desta forma, resgatar uma parte desvalorizada da cidade, quer em termos sociais, quer em termos ambientais, para incentivar a integração com o resto do tecido urbano e social da cidade.

Com o passar do tempo, os dois casos desenvolveram-se em direções diametralmente opostas: “Tróia, cidade-jardim”, projeto certamente inovador para a época, desenvolveu-se principalmente como cidade de turismo de qualidade e, por outro lado, a Zona J, embora quisesse emular a mesma qualidade e estilo de vida, tornou-se o emblema da marginalização e degradação.

4ª EDIÇÃO | WORKSHOP

DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS E TERRITORIAIS CONTEMPORÂNEAS

17 - 18 DE DEZEMBRO | AUD. AFONSO DE BARROS
ISCTE-IUL

